UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

RENATA TAKLLAN FRAUCHES LEUNG

Um estudo sobre os objetos cognatos e os adjetivos adverbiais no português do Brasil

São Paulo
2007

RENATA TAKLLAN FRAUCHES LEUNG

Um estudo sobre os objetos cognatos e os adjetivos adverbiais no português do Brasil

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Área de Concentração: Semiótica e Lingüística Geral.
Orientador: Profª. Drª. Ana Paula Scher.

São Paulo
2007

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, profª. Drª Ana Paula Scher, pela confiança, entusiasmo e apoio demonstrados desde o início de minha vida acadêmica. A ela, pela orientação séria e dedicada durante todos esses anos.

Ao Departamento de Lingüística da Universidade de São Paulo, pela oportunidade de realização do curso de mestrado.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro para realização desta pesquisa.

À profª. Drª Esmeralda V. Negrão, pela orientação dedicada durante o curso de Pós-Doutorado da profª Ana Paula no Canadá, bem como aos demais professores do Departamento de Lingüística, Marcos Lopes, Evani Viotti, Ana Müller e Jairo Nunes, sempre dispostos a trocar idéias, tirar dúvidas, dar sugestões, enfim, pela disposição incansável em ensinar, orientar, animar e ajudar a resolver problemas.

Aos amigos e colegas de curso, com quem pude estudar, aprender, discutir textos difíceis, rir, chorar, enfim: aprender Lingüística e fazer pesquisa com vocês ao lado tornou esse percurso muito mais gostoso! À Lídia Lima, Julio Barbosa, Juliana Pacheco, Ana Paula Gomes, André Xavier, Rafael Minussi, Renata Moreira, Cristiane Silva e Milca Nogueira.

À minha família, especialmente à minha mãe, pelo apoio, paciência e compreensão nos momentos difíceis.

Ao meu esposo, Paulo, por toda a sua dedicação e carinho, que tornaram mais suaves os momentos finais da redação.

Ao meu Deus, por absolutamente tudo!

RESUMO

Neste trabalho, analiso o fenômeno conhecido como 'uso adverbial do adjetivo' (ou "adjetivos adverbiais"). Tal fenômeno, comum no Português do Brasil (PB), ocorre em sentenças como *A Maria falou* ***claro*** (cf. *A Maria falou claramente*) e levanta a questão sobre o estatuto categorial do modificador, na medida em que este apresenta forma de adjetivo, mas comportamento de advérbio. Alguns autores afirmam que se trata, de fato, de advérbios: os adjetivos sofrem um processo morfológico chamado de *derivação imprópria* ou *conversão*, que consiste na "transposição de uma palavra de uma classe gramatical para outra" (Basílio, 2000: 60). Outros autores, como Carnie (2000) e Negrão, Scher e Viotti (2003), sugerem que adjetivos e advérbios constituem uma única categoria gramatical. Um dos argumentos usados pelos autores é o fato de adjetivos e advérbios desempenharem o mesmo papel na sentença: atribuem propriedades aos itens que eles modificam. Essas e outras propostas existentes na literatura têm bons argumentos a seu favor. Contudo, ao olharmos para os dados, todas essas propostas se tornam insatisfatórias, na medida em que nenhuma delas dá conta de explicar os seguintes fatos da língua: em alguns contextos, as formas adverbial e adjetival são possíveis (*A Maria falou claro/claramente);* em outros contextos, apenas a forma adjetival é possível (*A Maria namora firme/*firmemente*), e ainda em outros, apenas a forma adverbial (*Os soldados resistiram heroicamente/*heróico*). A partir de um modelo gerativista do estudo da linguagem, é pertinente investigar não apenas o estatuto categorial dos itens lexicais em questão, mas também o que há na estrutura subjacente dessas sentenças que determina o contexto em que esses itens podem ou não ser utilizados. Seguindo a proposta de Lobato (2005), proponho que os chamados adjetivos adverbiais são, de fato, adjetivos, na medida em que eles modificam um nome implícito na sentença nomeadamente, o objeto cognato relacionado ao verbo, ou um indivíduo denotado pela raiz do verbo, nos termos de Levinson (2006). De fato, os contextos

de produtividade das construções com objetos cognatos eventivos (Leung, 2006) são os mesmos contextos de produtividade dos adjetivos adverbiais. Além disso, apesar das aparências, o comportamento dos itens lexicais em questão não é tão adverbial quanto parece: ao contrário dos advérbios, eles não flutuam na sentença, mas têm que ser, obrigatoriamente, adjacentes ao verbo. Outro fator é que, via de regra, eles não podem co-ocorrer com um objeto temático, o que deveria ser possível se esses itens fossem, de fato, adverbiais.

ABSTRACT

In this work, I analyze the phenomenon known as 'the adverbial use of adjective' (or "adverbial adjectives"). Such phenomenon, common in Brazilian Portuguese (PB), occurs in sentences such as *A Maria falou* ***claro*** (cf. *A Maria falou claramente*) and raises a question about the categorial status of the modifier, since it presents adjective form, but behaves like an adverb. Some authors say that, in fact, they are adverbs: the adjectives undergo a morphological process called *improper derivation* or *conversion*, which consists of the "shift of a word from a grammatical class to another" (Basílio, 2006:60). Some other authors, such as Carnie (2000) and Negrão, Scher e Viotti (2003), suggest that adjectives and adverbs belong to an unique grammar category. One of the arguments used by the authors is the fact that adjectives and adverbs carry out the same role in sentence: they attribute properties to the items modified by them. These and other existing suggestions in literature have good arguments on their side. However, when we look at some language data, all these suggestions become unsatisfactory, since none of them can explain the following facts: in some contexts, both the adverbial and adjectival forms is possible (*A Maria falou claro/claramente*); in other contexts, only the adjectival form is possible (*A Maria namora firme/*firmemente*), and still in others contexts, only the adverbial form can appear in the sentence (*Os soldados resistiram heroicamente/*heróico*). Based on a generative model for grammar studies, it is necessary to investigate not only the categorial status of the lexical items in question, but also what there is in the subjacent structure of these sentences, that determines the context in which they can or cannot be used. In this work, I suggest that the adverbial adjectives are, in fact, adjectives, since they can modify either an implicit noun in the sentence, namely, the cognate object related to the verb, or, in Levinson (2006)'s terms, an individual denoted by the same root as the verb's. In fact, the productivity contexts of these constructions with eventive cognate

objects (Leung, 2006) are the same productivity contexts where one can find the adverbial adjectives. Besides, the behavior of the lexical items in question is not so adverbial as it looks: differenty from adverbs, they don't float in the sentence, but they are, obligatorily, adjacent to the verb. Another important factor is that, generally, they can't occur with a thematic object, what should be possible if these items were, in fact, adverbs.

Sumário

Introdução 10
Capítulo I - As Construções Pseudo-Adverbiais no Português do Brasil 20
1. Introdução 20
2. Os Modificadores Adverbiais em uma Semântica de Eventos Subjacentes. 21
3. As Construções PAs no Português do Brasil – Breve Descrição dos Dados. 25
3.1. O escopo da modificação 26
3.1.1. Uso Categórico da Forma Adverbial em –mente. 28
3.1.2. Formas Alternantes 36
3.1.3. Uso categórico da forma adjetival. 38
3.2. Contextos de Produtividade dos Adjetivos Adverbiais 42
3.2.1. Tipo de Verbo 42
3.2.1.1. Critério Morfológico 43
3.2.1.2. Critério Sintático 43
3.2.1.3. Critério Semântico 47
3.2.2. Tipo de Adjetivo 53
3.2.2.1. Critério Morfológico 54
3.2.2.2. Critério Sintático 55
3.2.2.3. Critério Semântico 56
4. Últimas observações sobre os dados 59
5. Sumário 60
Capítulo II - Os Objetos Cognatos no Português do Brasil 62
1. Introdução 62
2. Os OCs no PB 63
3. Sobre o Estatuto dos OCs 65
4. Background Teórico 72
5. OCs como argumentos não-temáticos do verbo. 80
6. Sumário 96
Capítulo III - Os Predicados Pseudo-Adverbiais como Modificadores 98
de OCs Implícitos 98
1. Introdução 98
2. Adjetivos Genuínos em Uso Adjetival 99
2.1. "Sobre o Suposto Uso Adverbial do Adjetivo" – A Proposta de Lobato (2005). 100
2.2. Evidências Trans-Lingüísticas 103
3. Representação Sintática dos PAs no PB 105
3.1. A Representação Sintática dos Adjetivos PAs. 108
4. Co-ocorrência de PAs com um NP Objeto – o caso dos Pseudo-Resultativos (Levinson, 2006). 111
5. Sumário 117
Conclusão 118
Referências 123

Introdução

Classes morfológicas: duas palavrinhas que aterrorizam a vida de milhares de estudantes de Ensino Fundamental e Médio por todo o Brasil. São substantivos, adjetivos, conjunções, verbos... Pior ainda quando chega a hora de conjugar o verbo *trazer* no modo subjuntivo!

Contudo, ao contrário do que possam imaginar, esses estudantes (e até mesmo pessoas que nunca passaram pela escola!) dominam - e muito bem - o conhecimento deste assunto que chamamos "classes morfológicas". Uma evidência disso é que nenhum deles nunca disse uma sentença como *O João mesou na cabeça da Maria,* querendo dizer que o João deu uma mesada na cabeça da Maria. Apesar de a palavra *mesada*, derivada de 'mesa', poder denotar um evento, a palavra *mesa* não pode ter essa denotação, muito menos assumir a posição de núcleo de sentença ou, ainda, receber flexões de natureza verbal, tais como tempo passado. Como sabemos disso? Como esses alunos, que muitas vezes reprovam nas provas de gramática, sabem disso?

O fato é que todos nós, como falantes nativos de certa língua, temos um conhecimento inato, chamado de *competência lingüística,* que nos diz que as palavras de nossa língua possuem certas propriedades gramaticais que nos permitem agrupá-las. Por exemplo, desde muito cedo no processo de aquisição de uma língua, uma criança diz *caiu,* mas não diz *mesou.* Sem ter ainda qualquer conhecimento formal a respeito de verbos e substantivos, aquela criança sabe que uma palavra como *mesa* tem propriedades diferentes e, portanto, se comporta de modo diferente de uma palavra como *cair.*

Carnie (2002) cita o poema Jabberwocky, de Lewis Caroll, para mostrar que, mesmo em contato com palavras que nunca ouvimos, somos capazes de classificá-las segundo alguns critérios básicos Vejamos, a seguir, o poema Jabberwocky traduzido para o português por Augusto de Campos:

Jaguardarte

Augusto de Campos

Era briluz. As lesmolisas touvas
Roldavam e relviam nos gramilvos.
Estavam mimsicais as pintalouvas,
E os momirratos davam grilvos.

“Foge do Jaguadarte, o que não morre!
Garra que agarra, bocarra que urra!
Foge da ave Felfel, meu filho, e corre
Do frumioso Babassurra!”

Ele arrancou sua espada vorpal
E foi atrás do inimigo do Homundo.
Na árvora Tamtam ele afinal
Parou, um dia, sonilundo.

E enquanto estava em sussustada sesta,
Chegou o Jaguadarte, ôlho de fogo,
Sorrelfiflando através da floresta,
E borbulia um riso louco!

Um, dois! Um, dois! Sua espada mavorta
Vai-vem, vem-vai, para trás, para diante!
Cabeça fere, corta, e, fera morta,
Ei-lo que volta galunfante.

“Pois então tu mataste o Jaguadarte!
Vem aos meus braços, homenino meu!
Oh dia fremular! Bravooh! Bravarte!”
Êle se ria jubileu.

Era briluz. As lesmolisas touvas
Roldavam e relviam nos gramilvos.
Estavam mimsicais as pintalouvas,
E os momirratos davam grilvos.

Mesmo sem conhecer o significado das palavras, na primeira estrofe, por exemplo, nós podemos agrupar *lesmolisas, gramilvos, pintalouvas, mosmirratos* e *grilvos* de um lado, *roldavam e relviam* de outro, e ainda *touvas* e *mimsicais* em outro lado. Pelo menos dois critérios nos permitem fazer essa divisão: as suas propriedades morfológicas e as suas propriedades distribucionais, ou sintáticas: respectivamente, as marcas flexionais que essas palavras possuem (número, gênero, tempo, modo e pessoa) e a posição que elas ocupam na sentença. Há também o critério semântico que nos permite agrupar as palavras de acordo com o seu significado: se denotam eventos, entidades, atributos, e assim por diante.[1]

A partir do que foi dito até aqui, parece que não é difícil classificar as palavras de uma língua em classes morfológicas: em primeiro lugar, nós temos intuições inatas que nos dizem como as palavras se comportam na língua; em segundo lugar, seguindo alguns critérios previamente estabelecidos (como esses listados acima), bastaria observar o comportamento gramatical de cada um dos itens lexicais da língua e dividi-los em grupos. Cada grupo corresponderá a uma categoria gramatical.

Além disso, a maior parte das gramáticas e livros escolares já traz essa questão como pronta: alguns dos critérios apontados vêm expressos em forma de definições que devemos decorar para saber agrupar as palavras em suas classes corretas. Isso quando não temos de decorar listas com as principais palavras que integram cada classe! Quem nunca cantou a "musiquinha" das preposições: "A, ante, até, após..."?

---

[1] O raciocínio apresentado aqui já havia sido desenvolvido anteriormente em Radford (1988) e retomado em vários trabalhos de Introdução à Lingüística, entre eles, Negrão, Scher e Viotti (2003).

Contudo, quando olhamos para os dados da língua, percebemos que essa completude e "facilidade" são apenas aparentes e que ainda há muito a ser feito. Felizmente, as palavras não são tão comportadas quanto parece. Digo "felizmente" por dois motivos: em primeiro lugar, porque isso reflete o fato de que a língua não é estática, mas é um objeto do qual podemos nos apropriar e usar de acordo com as nossas necessidades e criatividade. Isso faz o estudo lingüístico muito mais interessante. Em segundo lugar, porque se as palavras sempre se comportassem direitinho, essa pesquisa perderia toda a sua razão de ser; nem mesmo teria nascido.

O presente trabalho lida com um "fenômeno" do português do Brasil bastante relacionado com esses problemas de classificação morfológica de alguns itens lexicais: os chamados 'adjetivos adverbiais' (AAs), exemplificados em (1) e (2) abaixo:

(1) Ao cobrar a falta, o jogador chutou **forte**, mas o goleiro defendeu.

(2) A governadora falou **claro** no seu pronunciamento de hoje de manhã.

Uma característica marcante de construções como essas em (1) e (2) é que, apesar de os modificadores *forte* e *claro* exibirem forma de adjetivo (pois ocorrem sem o sufixo adverbial *–mente* e não apresentam a vogal temática *–a*, típica de advérbios[2]), eles não entram em relação de concordância em gênero ou número com qualquer expressão nominal da frase:

---

[2] Sigo aqui a análise de Lobato (2005) que diz que a vogal *–a* dos advérbios em *–mente* é vogal temática, e não flexão da forma feminina do adjetivo, como é tradicionalmente aceito. Um dos argumentos usado pela autora é o de que a flexão de feminino singular dos adjetivos se dá, na sintaxe, por concordância com um núcleo nominal interpretado como feminino singular (*cadeira bonita*). Na formação dos advérbios em *-mente*, a concordância seria, então, com a forma –m*ente.* Assim, se tivéssemos, de fato, um caso de flexão por concordância de gênero, *-mente* teria de ser vocábulo lexical, e não gramatical. Contudo, não se percebe atualmente natureza lexical em *–mente.*

(3) *Ao cobrar a falta, os jogadores chutaram **fortes**.

(4) *A governadora falou **clara** no seu pronunciamento de hoje de manhã.

Dado a ausência de concordância com qualquer sintagma nominal, a possibilidade que resta para o modificador é predicar sobre a projeção verbal. Diante disso, o quadro que temos é de itens lexicais que se comportam ao mesmo tempo como adjetivos, como indica a sua morfologia, e advérbios, se levarmos em conta que eles estabelecem uma relação de predicação sobre a projeção verbal, além da sistemática ausência de concordância.

Partindo da discussão acima sobre a categorização das classes gramaticais, a observação desses dados levanta a seguinte questão: "Afinal, esses 'adjetivos adverbiais' são adjetivos ou advérbios?".

Na literatura, é possível encontrar diversas propostas que tentam responder a essa pergunta. O tratamento mais comum é o que afirma que esses modificadores são adjetivos com uso adverbial. Em outras palavras, trata-se de adjetivos que, em alguns contextos, podem assumir função de advérbio. Há também a visão que diz que os modificadores são, na verdade, advérbios: os adjetivos sofrem um processo morfológico chamado de *derivação imprópria* ou *conversão*, que consiste na "transposição de uma palavra de uma classe gramatical para outra" (Basílio, 2000: 60). Outros autores, como Carnie (2002) e Negrão, Scher e Viotti (2003), sugerem, ainda, que adjetivos e advérbios constituem uma única categoria gramatical. Um dos argumentos usados por esses autores é o fato de adjetivos e advérbios exercerem o mesmo papel na gramática, ou seja, o fato de ambos atribuírem

---

Além disso, se *–mente* fosse um vocábulo lexical, os advérbios em *–mente* seriam formados por composição. Contudo, como apontado por Basílio (1998), não deve ser esse o caso, na medida em que "processos de formação de palavras com função de mudança categorial são fundamentalmente derivacionais".
Assim, a vogal *–a* é analisada como um caso de adaptação da forma do atributo aos traços de *–mente*, mas não como concordância de gênero.

propriedades aos itens que eles modificam. De acordo com essa visão, o estatuto dos "adjetivos adverbiais" parece ser irrelevante, na medida em que adjetivos e advérbios são uma e a mesma coisa.

Todas essas propostas, e muitas outras existentes na literatura, apresentam bons argumentos a seu favor. A princípio, todas podem ser boas possibilidades para o tratamento dos chamados "adjetivos adverbiais". Contudo, quando olhamos para os dados da língua, todas parecem se tornar insatisfatórias, na medida em que nenhuma delas dá conta de explicar os seguintes dados:

(5) A Maria falou claro/claramente.

(6) Os soldados resistiram aos ataques *heróico/heroicamente.

(7) O João namora firme/*firmemente.

Os dados acima nos mostram que, em alguns contextos, as formas adjetival e adverbial são possíveis ((5)). Em outros contextos, apenas a forma adverbial é possível ((6)), e ainda em outros, apenas a forma adjetival ((7)).

Seja qual for a análise que decidamos adotar, ela terá de dar conta desses fatos distribucionais. Então, por exemplo, se a análise da "conversão" estiver correta, ela precisará explicar porque esse processo é produtivo apenas em alguns contextos, mas não em outros. Da mesma forma, se adotarmos a visão de que adjetivos e advérbios constituem uma única classe, precisamos explicar porque as formas coincidem em apenas alguns contextos, mas não em outros.

Neste trabalho, nós iremos descrever os contextos de produtividade dos AAs e, assim, buscar uma explicação para os dados de (5) – (7). A hipótese adotada nesse trabalho baseia-se em Lobato (2005). Nesse trabalho, a autora defende que esses chamados adjetivos adverbiais

são, na verdade, adjetivos. Segundo Lobato, a modificação da projeção verbal é apenas aparente. O que está sendo modificado é um componente nominal implícito na sentença. No capítulo 3, nós veremos com mais detalhes essa proposta, suas vantagens e problemas e, também, em que medida ela influenciou a presente pesquisa. De qualquer forma, já é possível adiantar que esses modificadores não serão tratados como adverbiais. Por essa razão, eles serão chamados, daqui em diante, neste trabalho, de construções "pseudo-adverbiais" (ou PAs).

Apesar dos problemas que o trabalho de Lobato possa apresentar (que, como já foi dito, serão apontados no capítulo 3 dessa dissertação), ele tem o mérito de ser, talvez, o primeiro trabalho a olhar para a estrutura subjacente da sentença, isto é, para aquilo que não se vê na estrutura superficial, com relação aos dados de construções PAs. Esse já é um primeiro passo na tentativa de delimitar os contextos em que ocorrem as construções PAs e, assim, buscar uma explicação para o fenômeno de distribuição dos dados apresentado de (5) a (7). Além disso, essa metodologia também é coerente com o conceito de língua que está na base deste trabalho e também do de Lobato: o conceito de língua formulado pela teoria de Princípios e Parâmetros (P&P) da Gramática Gerativa.

Este modelo assume a existência de uma Gramática Universal (GU) que é constituída de princípios fixos comuns a todas as línguas e de valores paramétricos abertos para esses princípios que serão marcados ao longo do processo de aquisição.

A força motora da teoria de P&P é a necessidade de responder ao problema de Platão, que pergunta: como uma criança é capaz de aprender uma língua de forma tão rápida, se os dados a que ela está exposta são tão pobres, isto é, são desorganizados, cortados, etc? Ora, assumindo a existência de princípios inatos com valores paramétricos abertos é possível lidar com dois fatos que caracterizam a aquisição da linguagem: (i) a rapidez do processo de aquisição apesar da 'pobreza de estímulo' (devido aos princípios inatos com que a criança já

vem “equipada”); (ii) a variação existente entre as línguas, devido aos valores paramétricos abertos que serão marcados de formas diferentes de acordo com a experiência e o ambiente em que a criança estiver.

Outra característica importante que tem lugar de destaque no modelo teórico adotado é o aspecto criativo e recursivo da linguagem, isto é, o fato de podermos criar infinitos enunciados a partir de recursos finitos e limitados. É esse aspecto que permite criarmos uma sentença como aquela em (8):

(8) A Maria lembrou que o Pedro disse que o André comentou que o Fábio esqueceu de dizer pro Bruno que o João falou que o campeonato tinha sido adiado por causa das fofocas que o Antônio fez para o juiz.

Note que não há nada de errado com essa sentença do ponto de vista gramatical. É verdade que ela é difícil de ser processada devido ao excesso de informações, mas não podemos negar que ela é gramaticalmente perfeita.

Esse exemplo apenas demonstra, de forma bem simples, a capacidade gerativa (ou criadora) da linguagem: ela é capaz de gerar um enunciado infinito bem como infinitos enunciados (isto é, enunciados de vários tipos diferentes). Porém, essa capacidade gerativa da linguagem precisa ser de alguma forma restringida a fim de que não haja a criação de enunciados absurdos ou estruturas inaceitáveis. Essa restrição se dá por meio de módulos específicos que interagem entre si. Esses módulos lidam, por exemplo, com traços de Caso (Teoria do Caso), papéis temáticos (Teoria Temática), estrutura sintagmática, entre outras coisas. Por fugir aos objetivos da pesquisa não serão detalhados os princípios e conceitos contidos em cada módulo. Porém, sugerimos a leitura de livros de introdução à Sintaxe para o leitor que não está familiarizado com a teoria, como, por exemplo, Mioto (2004), para o

modelo de *Government and Binding* e Horsntein, Nunes e Grohmann (2005), para o modelo minimalista. Além disso, no decorrer da dissertação, serão esclarecidos alguns desses conceitos e princípios na medida em que se fizerem necessários.

Partindo, então, de uma concepção de língua como esta formulada pelo modelo de P&P, torna-se necessário ir além em nossa investigação: não basta tentar descobrir a natureza categorial dos "adjetivos adverbiais". É preciso investigar também:

(i) Há alguma propriedade subjacente à estrutura dessas sentenças que determina a forma ou o comportamento do modificador?

(ii) O que é que o modificador faz, ou sobre o que ele incide, de modo que ele possa ser realizado (ou não) por itens lexicais diferentes?

Outras questões que serão investigadas ao longo da dissertação são:

(iii) A relação entre os adjetivos PAs e os objetos cognatos (OCs) no PB;

(iv) A representação sintática dos adjetivos PAs.

Na busca de respostas para essas questões, nos valemos dos conceitos teóricos desenvolvidos pelo Programa Minimalista, uma versão mais recente de P&P, bem como da teoria sobre estrutura argumental, proposta em Hale & Keyser (1993, 2002) (doravante, H&K).

Nos trabalhos de H&K, o termo *estrutura argumental* refere-se às configurações sintáticas projetadas por um item lexical. Trata-se de uma "sintaxe lexical", ou uma "sintaxe dentro do léxico", isto é: *estrutura argumental* é um sistema de relações estruturais mantidas entre os núcleos e seus argumentos no léxico.

Esse "sistema" de relações é determinado pelas propriedades dos itens lexicais. Diz-se, porém, que são configurações sintáticas pelo fato de elas serem representações "restringidas" pelos mesmos princípios que atuam na sintaxe. O entendimento desse sistema de relações estruturais se mostrou de fundamental importância para a análise desenvolvida na presente pesquisa, na medida em que ele auxiliou na delimitação dos contextos de produtividade das construções PAs[3].

O presente trabalho está organizado da seguinte forma: o capítulo 1, a seguir, apresenta uma descrição dos fatos relacionados aos predicados PAs no PB; o mesmo capítulo apresenta as questões que pretendo discutir no desenvolvimento deste trabalho. O capítulo 2 introduz um assunto fundamental para o entendimento do tema dessa dissertação: os objetos cognatos (OCs). Nós veremos que, dentre as análises que podem ser feitas para as construções PAs, uma delas não pode deixar de passar pelos cognatos. Nesse capítulo, faço uma breve descrição dos dados e apresento uma análise para os OCs no português do Brasil. Tendo passado pelos cognatos, volto para as construções PAs no capítulo 3, a fim de propor uma análise para elas: a proposta a ser apresentada diz que essas construções são modificadores adjetivais que predicam sobre um sintagma nominal implícito na sentença, mais especificamente, sobre um OC implícito, ou sobre um indivíduo denotado pela raiz do verbo, nos termos de Levinson (2006). Essa análise deverá ser capaz de responder, entre outras coisas, questões como: se as construções PAs são modificadores adjetivais, por que elas são invariáveis, propriedade típica de advérbios? O capítulo 4 conclui a dissertação.

---

[3] A teoria de H&K será apresentada com mais detalhes no capítulo 2 dessa dissertação.

Capítulo I - As Construções Pseudo-Adverbiais no Português do Brasil

1. Introdução

Como já apontamos na Introdução deste trabalho, as construções PAs apresentam uma distribuição bastante irregular: em alguns contextos, eles podem ser trocados indiscriminadamente pelos advérbios em *–mente* correspondentes (como em (9)). Em outros, ou a forma adjetival ou a adverbial são restringidas (como em (10) e (11), respectivamente):

(9) A Maria falou claro/ claramente.

(10) Os soldados resistiram *heróico/ heroicamente.

(11) O João está namorando firme/ *firmemente.

Para tentar entender um pouco o que há por trás desses fatos distribucionais, neste capítulo, nós vamos olhar para os dados do português e ver como esses adjetivos se comportam nessa língua. Mais especificamente, vamos observar cada um dos seguintes aspectos:

(i) O escopo da modificação (ou, o que os PAs modificam na sentença);

(ii) Os contextos de maior produtividade (mais especificamente, o(s) tipo(s) de verbo e de adjetivo mais comum de ocorrer nessas construções).

O objetivo dessa descrição é ver se há alguma propriedade comum dentre os contextos em que os PAs ocorrem e, assim, dar o primeiro passo na busca da resposta às questões apresentadas na Introdução, repetidas abaixo:

(a) Há alguma propriedade subjacente à estrutura dessas sentenças que determina a forma ou o comportamento do modificador?

(b) O que é que o modificador faz, ou sobre o que ele incide, de modo que ele possa ser realizado (ou não) por itens lexicais diferentes?

Este capítulo está organizado da seguinte forma: na próxima seção, será feita uma breve apresentação do modelo semântico que serviu de base para a análise a ser apresentada: nomeadamente, o modelo de Eventos Subjacentes (Davidson, 1967; Parsons, 1990). Esse modelo insere-se em um quadro de Semântica Formal e lida, basicamente, com questões relativas à estrutura argumental e à modificação adverbial, entre outras. Ainda nessa seção, veremos também como os modificadores adverbiais são tratados dentro de um modelo de eventos. A seção 3 apresenta uma descrição dos dados e busca responder as questões (i), sobre o escopo da modificação dos PAs e (ii), sobre os contextos de produtividade dos PAs. A seção 4 apresenta algumas observações finais sobre os dados e a seção 5 conclui o capítulo.

2. Os Modificadores Adverbiais em uma Semântica de Eventos Subjacentes.

Nesta seção, nós iremos ver, brevemente, o modelo semântico que serviu de base para a presente pesquisa: o modelo de Eventos Subjacentes. Também veremos como os modificadores adverbiais são tratados dentro dele. Apesar de as construções PAs não serem analisadas como modificadores adverbiais neste trabalho, precisamos entender quais são as propriedades destes e de que modo eles se comportam a fim de que possamos tentar explicar os dados de (9) a (11).

Para os primeiros semanticistas formais, que herdaram muito de suas crenças da lógica tradicional, a denotação dos verbos, em geral, era uma relação binária entre indivíduos. Então, um verbo como *comprar,* por exemplo, denotava uma relação entre alguém que compra – o

comprador – e algo que é comprado. Nessa visão, eventos não faziam parte da denotação dos verbos, que consistia apenas na informação sobre o número e o tipo dos argumentos do verbo. Assim, a representação da estrutura argumental de *comprar* era como em (12)):

(12) C (x, y)

A importância de eventos e estados para a semântica verbal recebeu reconhecimento teórico no trabalho de Donald Davidson. De acordo com Davidson (1967), uma sentença como (13) fala sobre a existência de um evento passado, que é uma compra de chinelos pelo João, e que esse evento aconteceu em Marrocos:

(13) O João comprou esses chinelos em Marrocos.

A forma lógica de (13) será como em (14):

(14) ∃e [comprar (esses chinelos) (o João) (e) & em (Marrocos) (e)].

Em (14), *comprar* é um predicado de três lugares. Além do argumento evento, há um argumento que denota o agente e outro que denota o tema ou o objeto da compra. O locativo *Marrocos* é introduzido por um predicado secundário, a preposição *em*.

O modo como Davidson conseguiu conciliar a visão de que verbos descrevem eventos ou estados com o modo como os lógicos viam a denotação verbal foi adotando a visão dos lógicos e adicionando um argumento extra: o argumento evento. Assim, foi possível capturar o fato de que os verbos relacionam não apenas indivíduos comuns envolvidos em certa atividade, mas relacionam indivíduos e eventualidades.

Ao trazer os eventos para a teoria semântica, Davidson conseguiu dar conta de uma série de problemas relacionados à representação lógica das sentenças de ação vigentes na época, entre eles, o da chamada "poliadicidade variável". Sentenças como as de (15) a (17) seriam analisadas da seguinte forma pelos filósofos da época:

(15) O João comprou uma geladeira.
predicado de 2 lugares

(16) O João comprou uma geladeira nas Casas Bahia.
predicado de 3 lugares

(17) O João comprou uma geladeira nas Casas Bahia com cheque pré-datado.
predicado de 4 lugares

O problema de tal análise é que ela oblitera as relações lógicas entre essas sentenças. Em outros termos, não fica claro, por essa análise, que (17) acarreta (16) e (15). Ora, se isso é verdade, então há um elemento comum entre essas sentenças, como *comprou*, que é relevante para as relações de significado entre elas. Porém, na análise proposta, que assume que o predicado em questão ora é de dois lugares, ora de três, e assim por diante, não há esse elemento comum: é como se, em cada sentença, houvesse um predicado *comprar* diferente, cada um deles com certo número de argumentos. Com a proposta de existência do argumento evento, que relaciona eventos e os participantes nele envolvidos, o problema da "poliadicidade variável" se resolve naturalmente: um verbo como *comprar* denota um tipo de evento que envolve certos participantes (o comprador e o comprado), e esse evento é como uma entidade sobre a qual se pode dizer um número indefinido de coisas.

Um problema relacionado ao da poliadicidade variável e que também pôde ser resolvido com a introdução do argumento evento foi o tratamento dos modificadores adverbiais. Antes da introdução do argumento evento como uma entidade lingüística, a modificação adverbial era um assunto pouco claro na semântica e exigia postulados *ad hoc*

para ser explicada. A introdução do argumento evento possibilitou uma análise uniforme para os modificadores adverbiais, que passaram a ser vistos como predicados de eventos[4]. Para ilustrar essa análise, observe as sentenças em (18) e (19), retiradas de Chierchia (2003):

(18) A aranha estava na cabeça do Hugo.

(19) Léo golpeou Hugo na cabeça.

Na sentença em (18), "na cabeça do Hugo" é a posição que atribuímos para a aranha. Por outro lado, em (19), "na cabeça" não é a posição de nenhum dos protagonistas do evento. Antes, nessa sentença, "a cabeça" expressa o lugar em que se aplicou um golpe, isto é, um evento. O evento culmina naquele ponto específico. Sendo assim, Chierchia (*op* cit) propõe a seguinte condição de verdade para a sentença em (19):

(20) Há uma evento *e* tal que:

a. *e* culmina

b. a culminação de *e* situa-se no passado

c. *e* é um golpear Hugo por parte de Léo

d. *e* é na cabeça;

A contribuição do adjunto adverbial é (20). (20) funciona como uma condição sobre eventos: essa condição precisa interpretar-se como uma especificação do fato de que o golpe em questão acontece ou culmina na cabeça de Hugo. Assim, podemos dizer que o modificador adverbial "na cabeça" predica sobre o evento de *golpear*.

---

[4] Ver Chierchia (2003) para uma discussão mais detalhada dos problemas que havia com as análises de modificação adverbial antes da introdução do argumento evento.

Vale notar que essa análise é válida apenas para modificadores do sintagma verbal que, por sinal, é o que nos interessa nesta dissertação. De um ponto de vista semântico, os modificadores adverbiais podem modificar o verbo ou outras categorias, como a sentença, por exemplo. Parsons (1990) distingue cinco classes principais de advérbios:

(21) a. Modificadores de Atos Lingüísticos;
b. Modificadores de Sentenças;
c. Modificadores Orientados para o Sujeito;
d. Modificadores de VP;
e. Outros.

Na subseção 3.1.1, nós iremos observar cada uma dessas classes mais detalhadamente, com o objetivo de buscar uma explicação para os fatos distribucionais apresentados de (9) a (11), mais especificamente, para os casos em que apenas a forma adverbial em *–mente* é gramatical (como em (10), por exemplo). Na seção a seguir, será feita uma descrição detalhada dos dados.

3. As Construções PAs no Português do Brasil – Breve Descrição dos Dados.

Como vimos na Introdução deste capítulo, as construções PAs apresentam uma distribuição bastante irregular. Nesta seção, será apresentada uma descrição minuciosa dos dados que, a fim de tentar explicar a distribuição dos PAs, se baseou em dois aspectos distintos, a saber: a questão do escopo da modificação, que será discutida na subseção 3.1, e a questão relacionada aos contextos de produtividade das construções PAs, que será discutida na subseção 3.2.

3.1. O escopo da modificação

Uma das justificativas usadas pelos autores que defendem o estatuto de advérbio dos PAs é o fato de eles predicarem sobre a projeção verbal e não sobre qualquer sintagma nominal da sentença. Esses autores afirmam, por exemplo, que dizer "A Maria falou claro" é o mesmo que dizer "A Maria falou claramente" ou "A Maria falou de modo claro". De fato, essa parece ser uma interpretação possível para a sentença em (9) acima; contudo, se observarmos com mais cuidado, veremos que ela não é a única: podemos interpretar *claro* não como modificando o modo de a Maria falar, mas o conteúdo falado: o que ela falou ou a exposição dos argumentos foi clara. Observe os dados em (22) e (23):

(22) A Maria falou certo/ errado.

(23) A Maria fala alto.

A sentença em (22) não pode ser interpretada como *A Maria falou certamente/ erradamente* ou *A Maria falou de modo certo/de modo errado.* A primeira interpretação para (22) é: "o que a Maria falou está certo/errado". Da mesma forma, não podemos interpretar (23) como *A Maria fala altamente* ou *A Maria fala de modo alto.* Quando alguém diz uma sentença como (23) está, obviamente, se referindo à voz da Maria.

Esses problemas de interpretação levantam a questão de o que é que os chamados PAs modificam na sentença: não há nada na estrutura superficial das sentenças em (22) e (23) que possa ser modificado por eles.

A hipótese é que mesmo quando a leitura de modo é possível, o PA não incide, necessariamente, sobre a projeção verbal. Há, pelo menos, duas razões para levantarmos essa hipótese: em primeiro lugar, como vimos, nem todos os PAs podem ser parafraseados pela

expressão “de modo x” e, mesmo quando essa paráfrase é possível (como em *claramente,* em (9)), vimos que ela não é a única interpretação que pode ser licenciada.

Em segundo lugar, não são apenas advérbios que desencadeiam a leitura de modo – sintagmas preposicionados, por exemplo, também podem “gerar” essa interpretação; além disso, a interpretação de modo não precisa relacionar-se exclusivamente com verbos (apesar de esse ser o uso mais corrente de um modificador de modo). Observe o dado abaixo:

(24) “Em suas paisagens, há a presença física de objetos e o uso da perspectiva e de texturas **de modo incomum”**.

(pt.wikipedia.org/wiki/Anselm_Kiefer – Último acesso em 03/08/2007)

Se bem que muitos sintagmas preposicionados do tipo “de modo x” têm valor adverbial, note que, no exemplo acima, a expressão *de modo incomum* não se relaciona, sintaticamente, com nenhum verbo: em (24), *de modo incomum* refere-se ao NP *uso de texturas*.

Assim, se estamos buscando uma análise uniforme para os dados, apenas o fato de que alguns PAs (e não muitos) podem desencadear uma leitura de modo não deve nos levar a analisar todas as construções PAs como sendo adverbiais.

Neste ponto, parece surgir um problema: se os PAs não modificam nenhum sintagma nominal explícito na sentença e nem o verbo, o que eles modificam afinal? A fim de tentar responder a essa pergunta, nós iremos observar mais detalhadamente, nas subseções a seguir, cada um dos fatos apresentados de (9) a (11): na subseção 3.1.1, nós veremos os casos em que apenas a forma adverbial em *–mente* é gramatical; na subseção 3.1.2, serão analisados os casos em que as formas adverbial e adjetival são possíveis e, na subseção 3.1.3, os casos em que apenas a forma adjetival é admitida.

3.1.1. Uso Categórico da Forma Adverbial em –mente.

Em nenhuma das classes de advérbios distinguidas por Parsons (1990) e apresentadas em (21) acima, há casos de modificadores que admitem um correspondente adjetival. Assumindo as definições e descrições das classes adverbiais em Parsons (1990) e Chierchia (2003), mas sem esgotar o assunto (até porque não é esse o objetivo deste trabalho), vamos observar brevemente cada uma delas e tentar entender por que elas só admitem modificadores com a forma adverbial em *–mente*.

Comecemos pelos modificadores de atos lingüísticos (ou modificadores de atos de fala). Esses modificadores não interagem diretamente com a proposição assertada, mas modificam o ato lingüístico que está sendo realizado. Observe os dados em (25) e (26):

(25) Infelizmente, a Maria não pôde vir.

(26) Sinceramente, não gostei da tua apresentação.

Os modificadores *infelizmente* e *sinceramente* acima têm o efeito de produzir uma sentença que contém duas asserções: uma asserção principal, de um fato que é expresso por toda a sentença, com exceção do modificador, e uma asserção secundária que expressa a "opinião" ou "avaliação" de alguém (geralmente, mas não necessariamente, o falante) com relação àquele fato. Então, a sentença em (25) contém duas asserções:

Asserção principal:	A Maria não pôde vir.
Asserção secundária:	O fato de a Maria não ter podido vir é considerado infeliz para alguém.

Parsons (1990) aponta algumas características dessa classe de modificadores. Dentre

elas, citamos duas aqui: a primeira é que esses advérbios criam contextos intensionais. Por exemplo, se a Maria é a diretora da escola, não se pode inferir, a partir da verdade de (25), a verdade de (27):

(27) Infelizmente, a diretora da escola não pôde vir.

A segunda característica dos modificadores de atos de fala é que eles não dão origem a fenômenos de ambigüidade de escopo, interagindo com a negação ou com outros quantificadores. Então, em (26), por exemplo, não se pode dizer que não é um fato sincero que eu não gostei da apresentação. Segundo Chierchia (2003), essas características citadas decorrem do fato de que esses modificadores expressam comentários *a latere*, sem interagir com a proposição.

Em (28) e (29), vemos que esses modificadores não admitem uma contraparte adjetival:

(28) *Infeliz, a Maria não pôde vir.

(29) *Sincero, não gostei da apresentação.

A razão para a agramaticalidade de (28) e (29) pode ser encontrada na própria natureza dos sintagmas adjetivais. Na literatura, encontramos duas análises possíveis para os adjetivos: eles podem se comportar como predicados ou como operadores. No primeiro caso, eles se aplicam a indivíduos e podem ocorrer em posições predicativas (como em (30) abaixo), enquanto no segundo caso, eles se aplicam a proposições ou a outros predicados e não ocorrem em posições predicativas (como em (31)). Em ambos os casos, os adjetivos sempre interagem com algum elemento da sentença, o que pode explicar a má-formação de (28) e

(29) acima, já que, nesses casos, como vimos, os atributos *infeliz* e *sincero* não predicam nem operam sobre a proposição, mas apenas expressam um comentário do falante.

(30) x is a red house = x is a house & x is red

(31) x is a former president = formerly (x is president)

(Parsons, 1990: 43)

O segundo tipo de modificadores são os modificadores de sentença. Os "representantes" típicos dessa classe são os advérbios *necessariamente* e *possivelmente*.

(32) Toda divindade é necessariamente boa.

(33) Algum estudante possivelmente se sairá bem.

Ao contrário dos modificadores de ato de fala, os modificadores de sentença não produzem duas asserções: não se pode dizer que a sentença em (33), por exemplo, produz uma asserção principal (*algum estudante se sairá bem*) e uma asserção secundária (*O fato de que algum estudante se sairá bem é possível).* Uma das razões para isso é que esses modificadores dão origem a fenômenos de escopo. Assim, em (33), uma das interpretações possíveis é que, dadas as circunstâncias relevantes, podemos assumir que algum estudante se sairá bem. A outra interpretação é que existe alguém, por exemplo, o João, que pode sair-se bem.

Outra diferença entre os modificadores de ato de fala e os modificadores de sentença é que, ao contrário daqueles, estes interagem com a proposição. Parsons (1990) propõe que esses modificadores representam propriedades de proposições. Observe o exemplo abaixo, retirado de Parsons (1990) e traduzido para o português:

(34) Necessariamente, Deus é bom.

A sentença em (34) é verdadeira se e somente se a proposição "Deus é bom" tem a propriedade de ser necessária. Formalmente, se 'G' é a forma lógica associada com a sentença "Deus é bom", a forma lógica de "Necessariamente, Deus é bom" será como em (35)[5], em que 'N' é um predicado de proposições:

(35) N (^G)

Modificadores de sentença, portanto, são analisados como predicados de proposições. Esses modificadores não admitem contraparte adjetival, como podemos ver em (36) e (37) abaixo:

(36) *Necessário, toda divindade é boa.

(37) *Possível, algum estudante se sairá bem.

Uma possível explicação para a agramaticalidade de (36) e (37) talvez seja dizer que os adjetivos não conseguem, por si só, ter escopo sobre sentenças ou proposições. Nos casos em que eles predicam sobre proposições, como nas orações subordinadas subjetivas, é necessária a presença de um verbo cópula a fim de que a relação de predicação possa ser estabelecida:

(38) **É** necessário que se façam reformas em todo o prédio.

(39) **É** possível que a Maria seja promovida ainda este mês.

---

[5] Parsons (*op cit*) usa o símbolo "^" para formar um nome da proposição que é expressa pela sentença.

Note como essas sentenças ficariam agramaticais sem a cópula:

(40) *Necessário que se façam reformas em todo o prédio

(41) *Possível que a Maria seja promovida este mês.

A necessidade do verbo cópula em (38) e (39) pode ser justificada pelo fato de os adjetivos serem, por natureza, elementos variáveis. Assim, quando eles predicam sobre algo, é preciso haver uma relação de concordância entre o elemento modificado e o modificador. Proposições, porém, não possuem traços de concordância que possam permitir a variabilidade do adjetivo. Daí, a agramaticalidade de (36) e (37), além de (40) e (41), e a necessidade de se estabelecer a relação de predicação, nesses casos, através de um verbo cópula[6].

Os modificadores orientados para o sujeito se parecem com os modificadores de sentença e podem receber uma análise similar, no sentido de serem predicados de proposições. A única diferença entre as duas classes é que os advérbios orientados para o sujeito têm uma sensibilidade especial com relação à posição de sujeito. Em (42) e (43) há exemplos de advérbios orientados para o sujeito.

(42) A Maria quebrou todos os copos intencionalmente.

(43) Os soldados resistiram aos ataques heroicamente.

---

[6] Poderíamos pensar também que esses adjetivos poderiam funcionar como operadores que operam sobre a proposição. Contudo, esses adjetivos não se comportam como operadores, mas como predicados: em primeiro lugar, ao contrário dos operadores, *necessário* e *possível* podem ocorrer em posições predicativas; segundo, enquanto esses adjetivos atribuem uma propriedade ao elemento que eles modificam, os adjetivos operadores, não o fazem. Por exemplo, o adjetivo *futuro,* em *futuro presidente,* não atribui uma propriedade a presidente: não podemos dizer que o presidente é futuro. Ao contrário, *futuro* opera sobre uma proposição implícita:

(i) Futuramente (x é presidente).

A forma lógica para uma sentença como (43), segundo Parsons (1990), fica como em (44):

(44) Heróico (x, ^[x resistir a y])

'Foi heróico de x que x resistiu a y'.

Como os outros modificadores que vimos até agora, esses advérbios não admitem uma contraparte adjetival:

(45) *A Maria quebrou todos os copos intencional.

(46) *Os soldados resistiram aos ataques heróico.

Pelo fato de eles também serem predicados de proposições, a explicação para a agramaticalidade de (45) e (46) é a mesma que justifica a agramaticalidade de (36) e (37), ou seja, o fato de adjetivos serem elementos de natureza variável faz com que eles não consigam, por si só, ter escopo sobre proposições.

Os modificadores de VP, como vimos na seção 2, são interpretados como predicados de eventos. Em outras palavras, eles representam propriedades de eventos subjacentes. Observe os exemplos abaixo:

(47) A Maria comeu os chocolates lentamente.

(48) As meninas dançaram freneticamente.

Seguindo a teoria de Parsons (1990), a representação lógica da sentença em (47) será como em (49):

(49) (∃e) [comer (e) & Sujeito (Maria, e) & Tema (os chocolates, e) & lentamente (e)]

Esses modificadores também parecem impor restrições para o uso da forma adjetival:

(50) *A Maria comeu os chocolates lento.

(51) *As meninas dançaram frenético.

Uma primeira hipótese para dar conta da impossibilidade de ocorrência do modificador adjetival em (50) e (51) pode ser que o fato de esses modificadores serem predicados de eventos justifica o uso da forma adverbial apenas, mas não da forma adjetiva. De fato, esses advérbios incidem sobre o evento. Uma paráfrase para (47), por exemplo, pode ser (52):

(52) A Maria comeu os chocolates e o evento de comê-los foi lento (ou ocorreu lentamente/de modo lento).

Se, quando o modificador incide sobre o evento, a forma adjetival não é possível, como em (50) e (51), isso pode ser uma pista de que a modificação realizada pelo adjetivo, no caso dos PAs, não se relaciona diretamente com o evento denotado pelo verbo.

Nesse ponto, contudo, vale notar que o problema não é simplesmente o adjetivo predicar sobre um evento, mas predicar sobre um evento expresso por um verbo. Ser predicado de eventos não parece ser problema para um adjetivo, na medida em que muitos nomes (deverbais ou não) denotam eventos (ver Russo (2006) para os dados do PB):

(53) A assembléia dos estudantes ocorreu no auditório.

(54) A festa está rolando no estacionamento da Poli.

Segundo Russo (2006), os nomes *assembléia* e *festa* acima denotam eventos, pois se referem a "algum tipo de ação convergente realizada por uma coletividade no intuito de alcançar um objetivo do interesse de todos os participantes". Seguindo Parsons (1990), a autora propõe a seguinte forma lógica para a sentença em (53):

(55) [A assembléia (e) & Agent (e, Os estudantes) & Cul (e) & Em (e, O auditório)].

Se esses nomes denotadores de eventos forem modificados por um adjetivo, não é de todo sem razão supor que esses adjetivos funcionariam como predicados de eventos, pois eles estariam representando propriedades de eventos subjacentes.

Assim, a agramaticalidade de (50) e (51) pode ser explicada não apenas pelo fato de o adjetivo não ser capaz de predicar sobre um evento, mas pelo fato de ele não conseguir predicar sobre um evento denotado por um verbo. Lembre-se que, como vimos na Introdução desta dissertação, uma classe gramatical é definida por um conjunto de critérios (morfológico, sintático e semântico); além disso, nesta seção, vimos que os adjetivos são elementos, por natureza, variáveis que sempre concordam em gênero e número com o elemento que eles modificam. Ora, ao contrário dos nomes eventivos como *festa* e *assembléia*, os eventos verbais não possuem traços com os quais se possa estabelecer uma relação de concordância e, consequentemente, uma relação de predicação. Segue-se, daí, a agramaticalidade de (50) e (51) acima.

Esses casos nos mostram que os adjetivos devem ser estruturalmente diferentes dos

advérbios, no sentido de que eles não são capazes de realizar indiscriminadamente todas as atribuições de um advérbio. Desse modo, podemos nos perguntar o seguinte: se os adjetivos não conseguem realizar as mesmas funções que os advérbios realizam em todos os casos descritos acima, por que eles conseguiriam isso no caso das construções PAs?

3.1.2. Formas Alternantes

Nesta seção, nós vamos ver casos em que ambas as formas – a adverbial e a adjetival – podem alternar entre si, além de investigar o que elas modificam: se a diferença entre elas é apenas formal ou se o escopo de modificação também é diferente. O objetivo dessa investigação é tentar descobrir porque, ao contrário dos dados vistos na seção anterior, a forma de adjetivo é possível em um contexto, aparentemente, verbal.

Em primeiro lugar, vale notar que os casos em que o modificador adjetival alterna com o modificador adverbial são raros. Na maioria dos casos, essa variação ocorre com os verbos *falar* e *escrever*:

(56) A Maria falou manso/mansamente.

(57) A Maria falou claro/claramente.

(58) A Maria escreve correto/ corretamente.

(59) A Maria escreve trêmulo/ tremulamente.

Apesar da aparente paráfrase entre as formas adjetival e adverbial, os adjetivos *manso* e *claro* admitem uma interpretação diferente daquela contemplada pela forma adverbial, a saber, uma interpretação em que o escopo da modificação não recai sobre a projeção verbal. Observe os dados:

(60) "Há alguns anos, fui visitar minha querida avó, de 97 anos. Ao sentar-se curvada em sua cadeira de rodas, enfraquecida e quase cega, **falou mansamente** sobre sua vida".

(http://lds.org/conference/talk/display - Último acesso em 03/08/2007)

(61) "O governo que bateu duro, **falou manso** sobre denúncias".

(http://www.diariodamanha.com.br/070509/opiniao.htm - Acesso em 03/08/2007)

Enquanto em (60), *falar mansamente* refere-se ao modo como a avó falou, provavelmente, de modo calmo e sereno, o mesmo não é verdade para *falar manso* em (61): o governo não falou de modo manso; ao contrário, o governo "bateu duro". Lendo a reportagem, fica claro que *falar manso* refere-se à escolha das palavras usadas: um discurso com termos mais amenos e eufemismos.

Assim, a "expressão" *falar manso,* diferentemente de *falar mansamente,* pode admitir uma leitura em que o modificador não predica sobre o VP*,* mas sobre algo que não está explícito na superfície da sentença, a saber, as palavras usadas, o discurso que foi produzido pelo evento de falar.

De igual modo, em (59), por exemplo, o adjetivo *trêmulo* admite uma interpretação que não é contemplada pelo advérbio *tremulamente,* a saber, uma leitura em que o que está sendo modificado é a escrita da Maria, a sua caligrafia, independentemente do modo como ela escreve.

Esse fato justifica a denominação que demos para os adjetivos em questão – "pseudo-adverbiais" – e coloca em xeque as hipóteses que os analisam como modificadores adverbiais, na medida em que há casos em que eles podem não se relacionar, pelo menos não diretamente, com o evento denotado pelo verbo.

É verdade que cada um dos adjetivos em (56) a (59) pode admitir uma leitura de modo, paralela à dos advérbios correspondentes, além das interpretações descritas acima.

Neste ponto, porém, é importante observar que todos os adjetivos que admitem uma leitura de modo, também admitem uma leitura em que um sintagma nominal implícito é modificado (por exemplo, *o discurso* ou *as palavras usadas*, como nos exemplos com *manso* e *claro* acima). Não foi encontrado nenhum caso em que um adjetivo tenha apenas interpretação de modo. Assim, podemos dizer que o "uso adverbial do adjetivo" só é possível em contextos em que o adjetivo possa ocorrer por outras razões além daquela de modificação adverbial.

Como foi observado anteriormente, os casos em que um adjetivo pode alternar com a forma adverbial correspondente e licenciar uma leitura de modo são poucos – foram observados apenas com o verbo *falar* e *escrever.* Assim, esses casos não devem ser, necessariamente, contra-exemplos para a análise a ser apresentada neste trabalho.

3.1.3. Uso categórico da forma adjetival.

Na seção 3.1.1, nós vimos que os modificadores adverbiais podem ter escopo sobre a sentença ou uma relação proposicional, ou podem ser predicados de eventos. Observe novamente a sentença em (11), repetida abaixo, em (62), bem como o dado em (63):

(62) O João está namorando firme

(cf. *O João está namorando firmemente)

(63) O Tor mordeu forte no meu braço

(cf. *O Tor mordeu fortemente no meu braço)

Se, como alguns autores afirmam, os modificadores *firme* e *forte* acima são adverbiais ou comportam-se como advérbios, é preciso explicar por que eles não admitem a forma adverbial. Além disso, as sentenças em (62) e (63) não admitem uma paráfrase com

interpretação de modo:

(64) #O João está namorando de modo firme.

(65) #O Tor mordeu meu braço de modo forte.

Em (62), *firme* não estabelece relação de predicação com o sintagma nominal (não é o João que é *firme*), nem com o verbo. Se a modificação incidisse, de fato, sobre o verbo, como aparenta, a representação em forma lógica (simplificada) dessa relação seria mais ou menos assim:

(66) namorar (e) & firme (e).

Em uma teoria em que os modificadores de VP são predicados de evento, se o predicado PA *firme* modificasse o verbo, a interpretação de uma sentença como aquela em (62) deveria ser que o evento de namorar é firme. Contudo, não parece ser esse o caso. Para essa idéia ficar mais clara, observe a sentença abaixo:

(67) A Maria morreu tragicamente/lentamente/calmamente
(cf. "A Maria morreu *trágico/ *lento/ *calmo")

Em (67), os advérbios *tragicamente, lentamente* e *calmamente* representam propriedades do evento de morrer. Podemos dizer que o evento de morrer ocorreu de modo trágico, lento ou calmo. Seguindo esse raciocínio, não podemos dizer que *firme,* em (62), represente uma propriedade do evento de *namorar*: como vimos em (64), não é possível dizer que o evento de namorar ocorre de modo firme ou que o evento, em si, seja firme. O que é

firme, nesse caso, é o compromisso assumido, o namoro. Assim como ocorre com o adjetivo *manso,* em (61), parece que o que está sendo modificado em (62) é algo que não está explícito na sentença.

Outro fator que distancia os predicados PAs da classe dos advérbios tem a ver com sua distribuição na sentença: segundo Jackendoff (1972), há, pelo menos, três posições que um advérbio pode ocupar na sentença: posição inicial, posição de auxiliar – isto é, entre o sujeito e o verbo principal – e posição interna a VP. Em geral, modificadores de ato de fala, de sentença ou orientados para o sujeito ocorrem em posição inicial ou posição de auxiliar, mas não dentro do VP. Já modificadores de VP podem ocorrer dentro do VP ou em posição de auxiliar, mas nunca em posição inicial. Essas posições são ilustradas a seguir:

(68) Felizmente, a Maria deliberadamente analisou os dados minuciosamente.

felizmente	posição inicial	(Modificador de ato de fala)
deliberadamente	posição de aux	(Orientado para o sujeito)
minuciosamente	posição interna a VP.	(Modificador de VP)

Sem entrar em muitos detalhes, já é possível perceber que os advérbios, em geral, têm certa "liberdade" com relação à sua posição na sentença. Ao contrário, os PAs sempre ocorrem adjacentes ao verbo: não só eles devem ocorrer dentro do VP, mas devem ocorrer junto ao verbo. Observe novamente a sentença em (63), repetida abaixo:

(69) O Tor mordeu forte no meu braço.

(70) #O Tor mordeu meu braço forte.

A sentença em (70) não é paráfrase de (69): nesta, *forte* refere-se à intensidade da

mordida; naquela, refere-se ao braço. É como se eu tivesse um braço mais forte que o outro e o Tor mordeu o braço forte, não o fraco. Veja também os dados abaixo:

(71) A Maria falou ríspido com o João.

(72) #A Maria falou com o João ríspido.

Assim, como em (70), em (72), o modificador incide sobre o objeto direto, no caso, o *João.* A impossibilidade de 'flutuar' pela sentença pode ser uma dica de que os PAs têm um escopo de modificação bastante restrito, indicando mais uma vez que eles são diferentes dos advérbios.

Assim, voltamos nesse ponto para uma questão levantada na seção 3.1: se os PAs não modificam nem o sintagma nominal explícito na sentença, e nem o verbo, o que eles modificam afinal?

A hipótese é que eles modificam um sintagma nominal implícito na estrutura da sentença, mais especificamente, o objeto cognato (OC) implícito. Se essa hipótese estiver certa, é possível explicar de forma simples por que os modificadores em (62) e (63) não admitem a forma adverbial correspondente: a forma adverbial é restringida nesses contextos, porque os modificadores em questão não podem ser advérbios (no sentido de que eles sejam predicados de proposições ou de eventos denotados pelo verbo), mas devem ser adjetivos que predicam sobre um sintagma nominal implícito.

Diante do que foi exposto nessa seção, ficam, pelo menos, duas questões que deverão ser respondidas ao longo da análise a ser desenvolvida nesta dissertação:

1. Se os PAs têm estatuto adjetival, por que eles são invariáveis (característica típica de advérbios)?

2. Por que os PAs só ocorrem em posição de adjacência ao verbo?

Antes, porém, de começarmos a análise, vamos observar, na próxima seção, os contextos de produtividade em que os PAs ocorrem.

3.2. Contextos de Produtividade dos Adjetivos Adverbiais

Como vimos na Introdução desta dissertação, os PAs, a princípio, não apresentam uma distribuição uniforme. Nesta seção, nós vamos olhar para os contextos em que eles ocorrem, a fim de tentar descobrir neles algo em comum que justifique a ocorrência dos PAs e que nos dê pistas para as respostas às questões que acabamos de levantar, ao fim da seção anterior, em 1. e 2. acima, sobre invariabilidade da forma do modificador e sobre a posição que ele deve ocupar.

Nós vamos começar observando o contexto verbal em que os PAs mais aparecem, isto é, com que tipo de verbo eles são mais produtivos. Vamos observar os verbos do ponto de vista morfológico, sintático e semântico. Em seguida, na subseção 3.2.2, vamos observar se há algum tipo de adjetivo que é mais comum de ocorrer como PA. Também observaremos os adjetivos a partir de critérios morfológicos, sintáticos e semânticos.

3.2.1. Tipo de Verbo

Nesta subseção, há uma amostra do(s) tipo(s) de verbo(s) que co-ocorrem com os PAs mais comumente. A observação foi feita a partir de critérios morfológicos, sintáticos e semânticos. Essa seção está organizada da seguinte forma: as características morfológicas do verbo são examinadas na subseção 3.2.1.1; o exame dos aspectos sintáticos, mais especificamente, da transitividade dos verbos, é apresentado na subseção 3.2.1.2 e os aspectos semânticos são analisados na seção 3.2.1.3.

3.2.1.1. Critério Morfológico

Em termos de morfologia, foram observadas as diferentes conjugações dos verbos no PB, a fim de verificar se estas têm alguma influência sobre a ocorrência de PAs. Como podemos observar nos dados abaixo, esse critério se mostrou totalmente irrelevante:

(73) *1ª conjugação:* A Maria falou duro com os meninos.

(74) *2ª conjugação:* A Maria escreve trêmulo.

(75) *3ª conjugação:* A Maria ri esquisito.

3.2.1.2. Critério Sintático

Nesta subseção, os verbos são examinados de acordo com a sua transitividade. Foi observado se há alguma classe de verbo em específico com a qual a ocorrência dos PAs seja mais produtiva.

Os dados foram analisados com verbos transitivos, inergativos, inacusativos, verbos de alternância ergativa e verbos de alternância inergativa. A princípio, parece não haver nenhuma regularidade na distribuição dos PAs em relação ao tipo de verbo: enquanto alguns verbos transitivos, como *aceitar*, por exemplo, não admitem nenhum tipo de PA, outros verbos igualmente transitivos, como *abraçar*, admitem alguns PAs, mas não outros.

A. *Verbos Transitivos:*

(76) A Maria aceitou a proposta *pronto/*gentil/*tímido/rápido[7].

(cf. *A Maria aceitou a proposta prontamente/gentilmente/timidamente*).

---

[7] O adjetivo *rápido* parece não ter nenhum tipo de restrição: pode ocorrer em todos os contextos, com qualquer tipo de verbo. Segundo Negrão (comunicação pessoal), a ampla distribuição dessa forma pode se dever ao fato de não a interpretarmos necessariamente como adjetivo (ou advérbio), mas como quantificador sobre o tempo da sentença.

(77) A Maria afastou a cadeira *delicado/*brusco/*calmo.

(cf. *A Maria afastou a cadeira delicadamente/ bruscamente/calmamente*).

(78) A Maria me abraçou apertado/gostoso

(79) A Maria me abraçou *animado/*empolgado.

(cf. *A Maria me abraçou animadamente/empolgadamente).*

O mesmo 'fenômeno' ocorre com os verbos inergativos: apenas alguns verbos admitem PAs e, dentre os que admitem, apenas alguns PAs são aceitos.

B. *Verbos Inergativos:*

(80) Elas viajaram *clandestino/*ilegal/*animado.

(cf. *Elas viajaram clandestinamente/ilegalmente/animadamente).*

(81) A Maria riu engraçado/esquisito/alto

(82) A Maria riu *espontâneo/*escandaloso/*malicioso.

(cf. *A Maria riu espontaneamente/escandalosamente/maliciosamente*).

Não foi observada a ocorrência de PAs com verbos inacusativos e de alternância ergativa.

C. *Verbos Inacusativos:*

(83) A Maria sumiu *misterioso/*inesperado/*propositado.

(cf. *A Maria sumiu misteriosamente/inesperadamente/propositadamente).*

(84) Ela chegou *repentino/*inesperado.

(cf. *Ela chegou repentinamente/inesperadamente).*

D. *Alternância Ergativa:*

(85) A Maria quebrou o vaso *acidental/*proposital.

(cf. *A Maria quebrou o vaso acidentalmente/propositalmente)*

(86) O vaso quebrou *acidental/*misterioso.

(cf. *O vaso quebrou acidentalmente/misteriosamente)*

Com relação aos verbos de alternância inergativa, todos os verbos observados admitiram PAs, mas apenas em sua forma inergativa.

E. *Alternância Inergativa:*

(87) A Maria escreveu a carta *trêmulo/*temeroso/*complicado/*confuso/ *torto/*reto.

(cf. *A Maria escreveu a carta tremulamente/temerosamente, etc.*)

(88) A Maria escreveu trêmulo/complicado/confuso/torto/reto/*temeroso.

(89) A Maria falou que não vinha *claro/*manso/*tranqüilo.

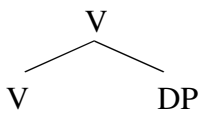
(cf. *A Maria falou que não vinha claramente/mansamente/ tranquilamente).*

(90) A Maria falou claro/manso/alto/baixo/certo/errado/bonito/engraçado/ esquisito/duro.

Em termos sintáticos, parece que, a princípio, não é possível delimitar uma classe verbal específica com a qual a ocorrência de PAs seja produtiva: eles ocorrem com verbos transitivos, inergativos ou de alternância inergativa. Contudo, se estamos pensando em "transitividade" do ponto de vista de estrutura argumental, é possível fazer uma generalização a partir do modelo teórico de H & K (1993, 2002). De acordo com esse modelo, verbos transitivos e inergativos projetam a mesma estrutura argumental: têm um complemento e não

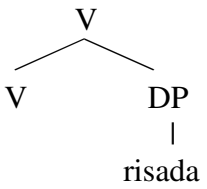
projetam especificador, como podemos ver em (91) abaixo. Esses verbos são chamados *monádicos,* pois projetam apenas um argumento na estrutura argumental. Assim, seguindo o modelo de H & K, podemos dizer que os PAs só ocorrem com verbos que projetam uma estrutura monádica[8].

(91)



Para H & K (2002), verbos inergativos são essencialmente transitivos, derivados pelo processo de *conflation* de uma raiz nominal em posição de objeto em um verbo leve transitivo que a seleciona. Assim, de modo simplificado, a estrutura argumental de um verbo como *rir* será como em (92):

(92)



Evidência para a proposta de que os verbos inergativos projetam uma estrutura argumental como essa em (92) é o fato de eles poderem ser parafraseados por construções com verbos leves:

(93) A Maria riu histericamente.

---

[8] Como vimos no capítulo de Introdução dessa dissertação, vale lembrar que H & K trabalham com uma "sintaxe lexical": neste modelo, *estrutura argumental* será entendida como um sistema de relações estruturais mantidas entre os núcleos e seus argumentos dentro do léxico. Assim, verbos transitivos terão uma estrutura monádica no léxico, não na sintaxe.

(94) A Maria deu uma risada histérica.

Em suma, vimos nessa seção que os PAs não ocorrem com verbos inacusativos ou de alternância ergativa, mas apenas com verbos transitivos, inergativos ou de alternância inergativa. A princípio, então, pareceu não ser possível delimitar os contextos sintáticos de produtividade dos PAs, já que eles podem ocorrer ora com verbos transitivos, ora com verbos inergativos. Contudo, a partir do modelo de H & K (2002), foi possível perceber que o 'contexto verbal' que admite a ocorrência de PAs é, na verdade, o mesmo: estruturas monádicas, que projetam complemento, mas não projetam especificador.

No próximo capítulo, nós veremos com mais detalhes o modelo de H & K, bem como em que medida essa projeção de estrutura argumental relaciona-se com os PAs. Neste ponto, porém, surge um problema: como vimos, nem todos os verbos transitivos admitem PAs (exemplo (76) e (77)), assim como nem todos os verbos inergativos (exemplo (80)). É preciso, então, responder o que os verbos transitivos e inergativos que admitem PAs têm em comum e, em que medida, eles são diferentes dos verbos que não admitem PAs.

Na próxima subseção, os verbos com que ocorrem os PAs serão examinados a partir de critérios semânticos.

3.2.1.3. Critério Semântico

Antes de iniciarmos o exame dos aspectos semânticos relacionados às construções PAs, vamos observar alguns exemplos de na tabela a seguir:

Tabela 1:

Verbos Inergativos	*Verbos transitivos*	*Verbos de alternância inergativa*
A Maria ri engraçado/ esquisito. A Maria grita rouco. A Maria chorou amargo/ sentido. A Maria tossiu seco.	A Maria me abraçou forte/ gostoso. O Tor me mordeu forte/ doído. O João me beijou molhado/ melado/ gostoso.	A Maria escreveu trêmulo/ complicado/ confuso/ torto/ reto. A Maria falou claro/ manso/ alto/ baixo/ certo/ errado/ bonito/ engraçado/ esquisito/ duro. A Maria come esquisito/ engraçado.

Se observarmos os verbos inergativos e transitivos listados na tabela acima a partir de um ponto de vista semântico, podemos perceber alguns pontos em comum: em primeiro lugar, com relação à sua *Aktionsart*, todos eles denotam atividades. Nos dados de (95) a (97), vemos, por exemplo, que eles aceitam apenas o modificador adverbial *por uma hora,* mas não o modificador *em uma hora.*

(95) A Maria riu (esquisito) por 1 hora/*em 1 hora.

(96) A Maria gritou (rouco) por 1 hora/*em 1 hora.

(97) A Maria me abraçou (forte) por horas/*em 1 hora.

Os verbos de alternância inergativa, em geral, podem denotar atividades (quando em seu uso inergativo – ver exemplo (98)) ou *accomplishments* (quando em seu uso transitivo – ver exemplo (99)):

(98) A Maria escreveu por horas/*em 1 hora.

(99) A Maria escreveu uma história *por horas/em 1 hora.

Considerando que as construções PAs só são possíveis com a 'versão' inergativa desses verbos (ver dados de (87) a (90)), podemos concluir que os PAs só ocorrem com verbos inergativos, transitivos ou de alternância inergativa que denotam atividades, mas não com os verbos dessas mesmas classes que denotam *accomplishments* ou *achievements.* O comportamento de um verbo como *comer,* por exemplo, reforça essa afirmação: observe que, em seu uso inergativo, ele pode denotar uma atividade ou um *accomplishment*:

(100) A Maria comeu por horas/em uma hora.

Contudo, se houver um modificador PA, apenas a leitura de atividade é possível[9]:

(101) A Maria comeu esquisito por uma hora, mas depois voltou a comer normal.

(102) *A Maria comeu esquisito em uma hora, mas depois voltou a comer normal[10].

Outra característica semântica comum aos verbos listados na tabela 1 (com exceção de *comer*), é o fato de todos eles terem uma semântica de produção: no componente lexical (*lexical relational structure – LRS*, para H & K), todos eles têm um complemento que denota

---

[9] Ainda não sabemos dizer por que os adjetivos PAs só ocorrem com verbos que denotam atividades. Uma sugestão de Ana Paula Scher (comunicação pessoal) é que o traço de atelicidade seja relevante nesse caso, já que o traço de duratividade é compartilhado por verbos de *accomplishments* e o traço de dinamicidade é compartilhado por verbos de *achievement* e *accomplishments,* que não admitem PAs.
Seguindo esse raciocínio, os PAs deveriam poder ocorrer em contextos de verbos que denotam estados, já que estes também têm o traço de atelicidade. Apesar de não ser esse o caso no PB, é possível encontrar PAs com verbos de estado no Português Europeu (PE), como podemos ver em (i) e (ii):

(i) Admiro imenso o seu trabalho, Parabéns!
(semiramis.weblog.com.pt/arquivo/2005/01/ano_novo.html – Acesso em 01/08/2007)

(ii) Gosto imenso de ver o mar... de estar a olhar para o mar.
(http://www.agencia.ecclesia.pt/noticia_all.asp?noticiaid=1913&seccaoid=6&tipoid=151 - Acesso em 01/08/2007)

Por enquanto, deixamos essa questão em aberto, por ser um assunto que ainda demanda mais pesquisas.

[10] A ocorrência de adjetivos PAs com o verbo *comer* parece ser um contra-exemplo para a nossa hipótese, na medida em que *comer* não é um verbo de produção (ver discussão a seguir). Porém, se o traço de atelicidade (ou o fato de o verbo denotar uma atividade) for, de fato, relevante para explicar a distribuição dos PAs, como nos parece, então, esse pode ser um fator que esteja contribuindo para o licenciamento de PAs com o verbo *comer.*

um produto criado pelo evento. Então, por exemplo, dizer que a Maria riu acarreta dizer que ela produziu uma risada; dizer que o João me abraçou acarreta dizer que ele produziu um abraço.

Na seção 3.1.3, foi levantada a hipótese de que os PAs modificam um OC implícito na estrutura da sentença. Leung (2004) propôs a existência de duas classes de OCs no PB: OCs argumentais e OCs eventivos. Como veremos no capítulo 2, os primeiros correspondem aos objetos sintáticos de verbos transitivos, como *A Maria comprou uma compra enorme.* Já os OCs eventivos ocorrem com verbos inergativos ou transitivos que são formados a partir de uma raiz nominal que denota um evento, como *abraço,* por exemplo. Uma das razões para se postular a idéia de que os PAs modificam um OC implícito é o fato de eles ocorrerem exatamente nos mesmos contextos destes OCs eventivos, nomeadamente, verbos inergativos ou transitivos que têm uma semântica de produção. Compare os exemplos abaixo com os dados apresentados na tabela 1: os verbos que licenciam um OC eventivo são os mesmos que admitem um modificador PA na tabela.

(103) *Abraçar um abraço apertado; beijar um beijo gostoso; chorar um choro amargo; rir uma risada engraçada; tossir uma tosse seca; pular um pulo alto; gritar um grito rouco,*etc.

Por outro lado, verbos que não tem um "produto", não permitem OCs (como vemos em (104) abaixo), nem modificadores PAs, como vemos em (76) e (77), repetidos em (105) e (106) :

(104) **Aceitar uma aceitação; *afastar um afastamento demorado; *derrubar uma derrubada proposital,* etc.

(105) A Maria aceitou a proposta *pronto/*gentil/*tímido/rápido.

(106) A Maria afastou a cadeira *delicado/*brusco/*calmo.

É importante notar que o PA não modifica o objeto sintático do verbo, mas o seu complemento na LRS. Então, em uma sentença como (107), o que é *forte* ou *gostoso* é o abraço que foi produzido pelo evento de abraçar, não o OD *me* (nem o modo como o João abraçou).

(107) O João me abraçou forte/gostoso.

Essa observação ganha importância em relação aos verbos de alternância inergativa. Um verbo como o transitivo *escrever,* por exemplo, na sintaxe, tem um objeto afetado ou um "tema incremental", isto é, o objeto "mede" a extensão do evento: quando o João escreve uma carta, a duração do evento de escrever depende do tamanho da carta. Porém, é importante notar que quando esse tema incremental está presente, a ocorrência do PA é restringida. Observe novamente os dados em (87), repetidos abaixo:

(108) A Maria escreveu a carta *trêmulo/*temeroso/*complicado/*confuso/ *torto/ *reto.

Assim, quando um PA ocorre com um verbo como *escrever* o que está sendo modificado não é o objeto afetado *carta*[11], nem o evento denotado pelo verbo (não é o evento de escrever que é trêmulo ou complicado). O que os PAs modificam em uma sentença como

[11] Note que com alguns adjetivos é possível uma leitura de adjunto adnominal, se o objeto afetado explicitado for do gênero masculino. Podemos interpretar *A Maria escreveu o texto complicado* da seguinte forma: *ela escreveu o texto complicado, não o fácil*. Contudo, essa leitura não será relevante para o presente trabalho.

aquela em (88) (repetida abaixo em (109)) é algo que foi escrito enquanto produto do evento de escrever:

(109) A Maria escreveu trêmulo/ complicado/ confuso/ torto/ reto.

Seguindo essa linha de raciocínio, é possível explicar porque mesmo um verbo que admite adjetivos PAs, como *rir,* por exemplo, não permite que qualquer adjetivo funcione como PA. Observe novamente os dados em (81) e (82) repetidos abaixo:

(110) A Maria riu engraçado/esquisito/alto.

(111) A Maria riu *espontâneo/*escandaloso/*malicioso.

Se o PA modifica o OC implícito, é necessário que ele seja semanticamente compatível com esse objeto: uma risada pode ser, por si só, esquisita, engraçada ou alta. Porém, uma risada não pode ser, por si só, espontânea, escandalosa ou maliciosa[12]. Esses adjetivos pressupõem a atitude ou postura do sujeito e, por essa razão, podemos sugerir, aqui, que eles não poderão ter a forma adjetival, na medida em que esta não consegue ter escopo sobre toda a sentença. Confirmando, então, o que foi dito na seção 3.1.1, esses modificadores, por serem orientados para o sujeito, só admitirão a forma adverbial:

(112) A Maria riu espontaneamente/escandalosamente/maliciosamente.

---

[12] Pode parecer estranho dizer que uma risada pode ser "engraçada" "por si só". É claro que alguém precisa rir para que a risada exista. O que queremos dizer pela expressão "por si só" é que dizer algo como *A Maria riu engraçado/esquisito* não acarreta que a Maria também seja engraçada ou esquisita. Por outro lado, não é possível que a risada da Maria seja maliciosa ou escandalosa sem que ela também o tenha sido.

Por fim, como já pode ter sido notado, os verbos transitivos ou inergativos que não admitem PA, são verbos que não têm uma semântica de produção. Então, ao contrário de *abraçar*, o verbo *aceitar* não produz algo que seja aceito, ou "uma aceitação". Daí, sugerimos, a impossibilidade de ocorrência de um PA com o verbo *aceitar,* como vemos na sentença em (76), repetida abaixo:

(113) A Maria aceitou a proposta *pronto/*gentil/*tímido.

(cf. *A Maria aceitou a proposta prontamente/ gentilmente/ timidamente*).

Resumindo, a hipótese levantada nesse trabalho afirma que os modificadores PAs têm um estatuo adjetival, pois modificam um sintagma nominal implícito na sentença, a saber, um OC implícito. Os contextos verbais de produtividade dos modificadores PAs observados nesta seção (3.2.1) parecem confirmar essa hipótese: apenas verbos que projetam uma estrutura monádica, nomeadamente, verbos inergativos e transitivos, admitem modificadores PAs. Além disso, ao contrário dos verbos que não admitem PAs, esses verbos têm uma semântica de produção: independentemente do objeto que o verbo possa ter (ou não) na sintaxe, esses verbos têm um complemento na LRS que denota o produto do evento denotado pelo verbo. Esse "contexto" (verbos monádicos com uma semântica de produção) é exatamente o mesmo contexto de produtividade dos chamados OCs eventivos.

3.2.2. Tipo de Adjetivo

Nesta seção, nós vamos olhar para o adjetivo, a fim de observar se, assim como foi com o verbo, há alguma propriedade específica que justifique ou não o uso dos PAs. Na seção 3.2.2.1, vamos observar os adjetivos de um ponto de vista da morfologia; na seção 3.2.2.2, a

partir de um ponto de vista sintático e na seção 3.2.2.3, a partir de um ponto de vista semântico.

3.2.2.1. Critério Morfológico

As propriedades morfológicas do adjetivo, a princípio, parecem não influenciar na sua distribuição como PAs. Não é possível, por exemplo, fazer uma generalização com relação à distribuição dos PAs a partir dos sufixos que o adjetivo admite: adjetivos terminados em *–oso*, por exemplo, podem "funcionar" como PAs ou não:

(114) A Maria riu gostoso.

(115) * A Maria riu escandaloso.

Porém, há um aspecto relacionado às propriedades morfológicas dos adjetivos que é necessário mencionar, a saber, a forma participial dos adjetivos. Os adjetivos que têm forma participial, em geral, não impõem restrição quanto ao contexto em que podem ocorrer e, nesse sentido, apresentam um comportamento diferente dos demais adjetivos, observados até este ponto do trabalho, que talvez sejam os que realmente possam ocorrer como PAs. Observe o comportamento do adjetivo *escondido*:

(116) A Maria namora escondido.

(117) A Maria aceitou a propina escondido.

Alguns particípios, como *escondido*, por exemplo, ocorrem com verbos que não admitem qualquer tipo de PA, como o transitivo *aceitar* (ver (76)). É possível que o fato de os particípios serem derivados de verbo licencie o seu uso em sentenças como (117). Porém,

apesar de ser uma questão que demande mais pesquisa, não desenvolveremos essa discussão no presente trabalho[13]. A questão fica aberta.

3.2.2.2. Critério Sintático

O aspecto sintático observado nos adjetivos foi a posição que eles ocupam no sintagma nominal.

Foi possível perceber que adjetivos que ocorrem exclusivamente antepostos ao nome-núcleo não aparecem nos dados de PAs. Exemplos desses adjetivos foram retirados da descrição de Nunes-Pemberton (2000):

Tabela 2

Adjetivos que ocorrem antepostos ao nome-núcleo			
Adjetivos	Nº de ocorrências	Adjetivos	Nº de ocorrências
certa	36	Magnânime	01
grande	30	Suma	01
melhor	24	Propalado	01
determinado	26	Acentuado	01
bom	17	Máxima	01
maior	15	Ótimo	01
último	11	Justas	01
diferente	07	Respectivos	01
novas	05	Inúmeras	01
pequenas	06	Sucessivos	01
imensa	04	Ilustre	01
Diversas	04	Extrema	01
principal	03	Antigo	01
excelente	03	Seguintes	01
verdadeiros	02	Possível	01
Simples	02	rápido	01
Futuro	02	Elevado	01
Mau	02	Atual	01
Menor	02	Mínimo	01
Baixo	02	Senhora	01
Pior	02	Vil	01

[13] Como será visto ao longo dessa seção, o tipo de adjetivo não é relevante para a distribuição das construções PAs. Por essa razão, a discussão dos particípios, apesar de importante, não foi desenvolvida nesse trabalho.

Largo	02	Célebres	01
Próximo	02	alta	01
Mínimo	02	Variadas	01
velho	02	Constante	01
Total de adjetivos antepostos = 52			
Total de ocorrências dos adjetivos antepostos = 239			

(Nunes-Pemberton, 2000: 11)[14]

De acordo com Nunes-Pemberton (2000), os adjetivos antepostos perderam o caráter de modificador e exercem a função própria de elementos integrantes da periferia esquerda do NP: quantificadores, dêiticos e intensificadores. Isso pode justificar a restrição ao uso desses adjetivos como PAs, na medida em que estes últimos são, fundamentalmente, modificadores.

Apesar disso, esse critério parece irrelevante para a análise dos PAs, pois dentre os adjetivos pospostos, apenas alguns podem 'funcionar' como PAs. Por exemplo, a partir de uma tabela de adjetivos que ocorrem pospostos ao nome-núcleo, apenas 11 adjetivos (de um total de 457!) aparecem nos dados de PAs (ver Nunes-Pemberton: 2000, 12 – 14). Os adjetivos pospostos que ocorrem nos dados de PAs são: *diferente, duro, forte, barato, bonito, difícil, direito, leve, gostoso, sujo, sério*. Em outras palavras, apesar de haver restrições ao uso de adjetivos antepostos como PAs, apenas o fato de ele ser posposto não ajuda a explicar a distribuição dos PAs. Assim, o comportamento sintático dos adjetivos também se mostrou irrelevante para a presente pesquisa.

3.2.2.3. Critério Semântico

Assim como as propriedades morfológicas e sintáticas dos adjetivos não influenciam a ocorrência destes como PAs, a natureza semântica dos adjetivos envolvidos nas construções

[14] Alguns dos adjetivos que aparecem nessa tabela, também ocorrem na posposição. Nesses casos, porém, eles têm interpretação e análise diferente.

em questão também não pareceu relevante. Isso porque, independentemente dos critérios de classificação adotados, podemos encontrar, dentre os PAs, adjetivos de ambas as classes.

Por exemplo, de acordo com Trask (2004), há dois tipos de adjetivos:

(i) Adjetivos que expressam uma condição de estado, temporário ou permanente, como *grande, feliz, bêbado, sonolento, alto, etc;*

(ii) Adjetivos que expressam percepções subjetivas e não fatos objetivos, como *interessante, certo, nojento, feio, bonito, gostoso, etc.*

Os primeiros podem ser classificados como *descritivos,* enquanto os últimos de *avaliativos.* Apesar da predominância de ocorrência de adjetivos avaliativos, em um trabalho de análise de *corpus*, Magri (2006) identificou uma porcentagem razoável de adjetivos descritivos. Veja a tabela 3 abaixo:

Tabela 3

Tipo de Adjetivo	**Nº de Ocorrências**	**Porcentagem**
Avaliativo	81	69%
Descritivo	36	31%
TOTAL	117	100%

(Magri. 2006)

A predominância de adjetivos avaliativos pode se dever ao fato de que, em muitos casos, os PAs parecem expressar uma avaliação do falante com relação ao que está sendo modificado. Por exemplo, em *falar bonito,* o adjetivo expressa a avaliação do falante (i) com relação ao que foi dito ou (ii) com relação ao modo como o sujeito falou. Mesmo nos casos de adjetivos descritivos, estes parecem expressar uma avaliação do falante, nas construções com PAs. Por exemplo:

(118) Dá nervoso de ver como a Maria pensa pequeno.

De acordo com a classificação de Trask (2004), o adjetivo *pequeno* expressa um estado, mais do que uma percepção subjetiva. Podemos dizer que o adjetivo *pequeno* em (118) descreve, figuradamente, o tamanho do pensamento da Maria, isto é, trata-se de um pensamento estreito, bitolado. Mas, o fato de o uso do adjetivo ser figurado mostra que esse adjetivo não está apenas descrevendo o "tamanho do pensamento" (afinal, não é possível medir um pensamento!), mas está expressando um julgamento ou uma avaliação do falante em relação ao modo de pensar da Maria.

Há contextos, porém, em que o adjetivo não parece expressar qualquer avaliação. O que deixa a análise um pouco mais complicada é o fato de, dentre uma mesma classe de adjetivos (os avaliativos, por exemplo), alguns poderem ser PAs e outros, não:

(119) A Maria riu engraçado/esquisito.

(120) A Maria riu *espontâneo/*malicioso.

Os dados contrastados acima mostram que apenas a natureza do adjetivo não consegue explicar os fatos distribucionais. Além de serem possíveis adjetivos de ambas as classes – descritivos e avaliativos - o comportamento intracategorial de cada uma dessas classes também não é uniforme: dentro de cada classe, alguns adjetivos podem funcionar como PAs, mas outros, não.

Resumindo, nessa seção 3.2.2, vimos, a partir de critérios morfológicos, sintáticos e semânticos, que a natureza do adjetivo não é relevante para a distribuição das construções PAs.

4. Últimas observações sobre os dados

Para finalizar, vale notar que algumas construções pseudo-adverbiais podem ser consideradas como construções idiomáticas, sendo, portanto, diferentes daquelas analisadas neste trabalho. Uma das características dos idiomas é o fato de eles terem um significado não-composicional:

(121) Hoje, o pau vai comer feio/bonito[15].

Em (121), o uso de *feio* ou *bonito* (que são palavras antônimas) não muda em nada a interpretação da expressão, mostrando que não há composicionalidade entre o adjetivo e qualquer outro elemento da sentença.

Outra característica dos idiomas relacionada à da ausência de composicionalidade é que eles apresentam um alto grau de fixação. Em alguns casos, não é possível trocar uma palavra por outra de sentido correspondente ou trocar por um antônimo a fim de obter uma leitura contrária[16]:

(122) A Maria vai longe: ela sonha alto.

(123) *A Maria nunca vai dar em nada: ela sonha baixo.

Esses dados de idiomas não serão analisados no presente trabalho.

Além dos idiomas, há também dados de "adjetivos adverbiais" que se comportam de modo diferente dos dados analisados nesse trabalho. Mais especificamente, são dados de "adjetivos adverbiais" que, ao contrário dos PAs podem co-ocorrer com um NP objeto.

---

[15] Agradeço a Jairo Nunes pela contribuição com esses exemplos.

[16] Note que, em (121), a troca de um adjetivo por outro não implica em mudança de significado. Nesse sentido, podemos dizer que há um grau de fixação da interpretação do adjetivo nesses contextos.

Levinson (2006) chama esses adjetivos de predicados "pseudo-resultativos". No PB, os adjetivos chamados pseudo-resultativos podem ser encontrados em sentenças como estas em (124) e (125):

(124) A Maria trançou o cabelo **apertado**.

(125) O João fatiou a muzzarela **fino**.

Apesar de os adjetivos destacados acima também serem casos de "adjetivos adverbiais", eles precisam receber uma análise diferente dos adjetivos que estão sendo analisados nesse trabalho. A diferença entre eles será mais bem detalhada no capítulo 3 desta dissertação.

5. Sumário

Neste capítulo, nós apresentamos uma descrição dos dados de construções PAs a partir de dois aspectos que se mostraram relevantes para o entendimento da distribuição dos PAs: (i) o que eles modificam na sentença; (ii) os contextos de produtividade.

Com relação ao primeiro aspecto, vimos, na seção 3.1, que os modificadores PAs têm um escopo de modificação bastante restrito: diferentemente dos itens lexicais que são indiscutivelmente adverbiais, os PAs não conseguem ter escopo sobre a sentença ou sobre uma relação proposicional. Eles também não têm escopo sobre o evento denotado pelo verbo ou sobre o objeto sintático do verbo. Na subseção 3.1.3, levantamos a hipótese de que os modificadores PAs modificam um OC implícito na sentença.

Com relação aos contextos de produtividade, vimos que a distribuição irregular dos PAs é apenas aparente, no que concerne ao tipo de verbo. Partindo de um modelo teórico como o de H & K (1993, 2002), foi possível perceber que os PAs no PB ocorrem apenas com

verbos monádicos (i.e, que projetam um complemento, mas não projetam especificador na LRS), nomeadamente verbos inergativos e transitivos. Vimos também que esses verbos são verbos que denotam atividade e que têm uma semântica de produção: todos eles têm na LRS um complemento que denota um produto criado pelo evento denotado pelo verbo. Esses fatos distribucionais confirmam a hipótese de que os PAs modificam um OC implícito:

(i) Os PAs ocorrem exatamente nos mesmos contextos que admitem os chamados "OCs eventivos" (Leung, 2004), nomeadamente, os "verbos de produção", que são formados a partir da incorporação de uma raiz nominal eventiva;

(ii) A modificação do PA incide justamente sobre essa raiz nominal, que é o OC.

Quanto às propriedades do adjetivo – sejam elas morfológicas, sintáticas ou semânticas – pudemos observar que elas não interferem no uso do adjetivo enquanto "adjetivo adverbial". Dos dados descritos nesse capítulo, parece que o que realmente importa na análise dos PAs é a estrutura argumental dos verbos com que eles podem se combinar.

Nos capítulos a seguir, os dados apresentados neste capítulo serão analisados de forma mais sistemática a partir do modelo de H & K (1993, 2002). Dada a hipótese de que os PAs modificam um OC implícito, é necessário que a análise dos PAs leve em conta uma análise dos OCs. O próximo capítulo apresenta uma análise dos OCs para o PB e o capítulo 3 volta, então, para a análise dos PAs no PB.

Capítulo II - Os Objetos Cognatos no Português do Brasil

1. Introdução

No capítulo I dessa dissertação, nós levantamos a hipótese de que os chamados modificadores PAs modificam um OC implícito na sentença. Uma das razões que nos levaram a levantar essa hipótese foi o fato de que, de modo geral (isto é, excluindo-se os casos de expressões idiomáticas), predicados PAs só são admitidos em construções com OCs. Neste capítulo, nós vamos observar o comportamento dos OCs no PB, bem como apresentar uma análise que servirá de base para a análise dos modificadores PAs no capítulo 3.

De um modo geral, os OCs são definidos como NPs contendo um nome que é morfologicamente relacionado ao verbo da sentença. Exemplos de OCs no PB são:

(126) A Maria riu uma risada gostosa.

(127) O João dançou uma dança alegre.

Os OCs ganharam espaço na pesquisa lingüística nos últimos vinte anos, especialmente pelo fato de levantarem questões importantes relacionadas à estrutura argumental e à distinção entre argumentos e adjuntos. Em geral, os pesquisadores se dividem quanto ao seu estatuto: alguns afirmam que eles são argumentos temáticos do seu predicado (Massam 1990); outros argumentam que os OCs são a realização sintática do argumento evento davidsoniano (Mittwoch 1998, Lefebvre 1994). Outros, ainda, defendem a posição de que os cognatos sejam adjuntos (Jones, 1988).

Também já foi sugerido que as análises de OCs como argumentos, como adjuntos, ou como a realização sintática do argumento evento são legítimas para diferentes tipos de OCs. Por exemplo, Mittwoch (1998) analisa os OCs no Hebraico como a realização do argumento

evento davidsoniano, em contraste com os OCs do Inglês, que são analisados pela autora como argumentos temáticos do predicado.

Neste trabalho, nós vamos mostrar que a distinção entre dois tipos de OCs pode ser feita não apenas entre línguas diferentes, mas também dentro de uma mesma língua e, assim, apontamos para a existência de duas classes de OCs no PB:

(i) OCs que são argumentos temáticos de seus verbos,

(ii) OCs argumentais não-temáticos.

A análise dessa segunda classe baseia-se no modelo teórico de H&K (1993, 2002).

Este capítulo está organizado da seguinte forma: na seção 2, nós apresentamos uma breve descrição da distribuição dos OCs no PB. Na seção 3, mostramos as dificuldades em se definir o estatuto dos OCs e argumentamos a favor da distinção acima referida. A seção 4 traz um breve *background* teórico sobre o modelo de H&K e a seção 5 apresenta uma análise para os OCs no PB, com base no modelo teórico adotado. A seção 6 conclui o capítulo.

2. Os OCs no PB

Os OCs no PB não têm uma distribuição muito produtiva, nem regular. Não é produtiva porque, de modo geral, eles ocorrem apenas com verbos inergativos e com alguns verbos transitivos[17]. Exemplos de OCs com verbos transitivos são apresentados em (128) e (129), enquanto exemplos de OCs com verbos inergativos são mostrados em (130) e (131):

---

[17] Há controvérsias entre os falantes com relação à ocorrência de OCs com verbos inacusativos:

(i) ?*A Maria chegou uma chegada triunfal.

(ii) ?*A Maria sumiu um sumiço misterioso.

Apesar de alguns falantes julgarem os exemplos acima como gramaticais, a maioria dos entrevistados os considera agramaticais. Uma análise mais detalhada de construções com OCs com verbos inacusativos pode ser encontrada em Scher & Leung (2005).

(128) O João **comeu uma comida estragada**.

(129) O João **comprou uma compra enorme**.

(130) "[...] de todas as águas e de todas as flores, desceu do céu sob a forma de Andrerura, a arara vermelha, e **gritou um grito forte:** "Vim buscar meu filho! [...]"
(www.altiplano.com.br/Pequi6.html - Último acesso: 03/08/2007)

(131) "**Tossiu uma tosse prolongada**, roufenha. Empurrou um lenço de papel até a boca e cuspiu".
(portalteses.cict.fiocruz.br/pdf/FIOCRUZ/2002/teixeirambm/capa.pdf - Último acesso: 03/08/2007)

Além de não ser produtiva, a distribuição dos OCs não é regular, pois nem todos os verbos transitivos admitem um OC. Compare (132) com os dados em (133) e (134):

(132) O João **abraçou um abraço gostoso** na Maria.

(133) *A Maria **afastou um afastamento** desajeitado na cadeira.

(134) *O João **derrubou uma derrubada proposital** no goleiro.

Neste ponto, vale notar que a construção com OC (COC) em (132) é diferente daquelas em (128) e (129), apesar de ambos os casos serem de OCs que ocorrem com verbos transitivos: nestas, o OC não pode co-ocorrer com outro objeto temático (ver (135)), enquanto, em (132), o OC precisa co-ocorrer com o objeto temático do verbo, que passa a ser realizado na forma de um sintagma preposicionado (ver (136)).

(135) *O João comeu a lasanha uma comida estragada.

(136) O João abraçou um abraço gostoso *(na Maria).

Esses fatos distribucionais dificultam a classificação dos OCs e argumentam a favor da existência de, pelo menos, duas classes de OCs no PB: por um lado, enquanto os OCs em (128) e (129) parecem se comportar como objetos temáticos (cf. testes na seção 3 adiante), a ocorrência de OCs com verbos inergativos coloca em xeque as propostas que os analisam uniformemente como argumentos temáticos dos seus verbos (Massam, 1990), já que os verbos inergativos só têm um papel temático (papel θ) para atribuir, e o fazem para o argumento que se realiza na posição superficial de sujeito.

Por outro lado, a análise dos OCs como adjuntos (Jones, 1988) também é problemática: se os OCs em (128) e (129) fossem adjuntos, as sentenças deveriam ser agramaticais pois ocorreria uma violação do Critério θ[18]. Por fim, a proposta de que os OCs são a realização do argumento evento davidsoniano (Mittwoch, 1998), a princípio, não se sustenta, pois os OCs *comida estragada* e *compra enorme* em (128) e (129) não denotam eventos, mas entidades.

Na próxima seção, nós iremos ver alguns testes que argumentam a favor de duas classes de OCs: OCs argumentais temáticos e OCs argumentais não-temáticos. Já adiantamos que apenas a segunda classe será relevante para a análise dos modificadores pseudo-adverbiais.

3. Sobre o Estatuto dos OCs

Como vimos, na seção 2 acima, a classificação dos OCs não é uma tarefa simples. De fato, o estatuto dos OCs é um assunto bastante controverso na literatura lingüística. É verdade que os OCs podem se comportar de maneiras diferentes de uma língua para outra, mas mesmo dentro de uma mesma língua, as propostas divergem: como já foi mostrado na Introdução

---

[18] De acordo com o Critério Temático, (i) cada argumento tem que receber um e um só papel temático (papel θ), (ii) cada papel θ tem que ser atribuído a um e um só argumento. A análise de adjunto para os OCs em (128) e (129) violaria o Citério θ, pois os verbos *comer* e *comprar* não conseguiriam descarregar o papel θ de tema que eles têm para atribuir.

deste capítulo, só para o Inglês há propostas de que eles sejam argumentos temáticos, adjuntos ou a realização sintática do argumento evento.

Nesta seção, serão realizados alguns testes que confirmam a necessidade de se postular a existência de duas classes de OCs no português brasileiro. Em primeiro lugar, propor que os OCs constituem uma única classe é problemático, pois eles não se comportam de maneira uniforme. Comparando as sentenças em (128) e (129) com aquelas em (130) e (131), já podemos notar uma primeira diferença de comportamento: no primeiro par, os verbos são transitivos, enquanto no segundo, são inergativos. Assim, ao contrário dos OCs em (130) e (131), os OCs em (128) e (129) são selecionados pelo verbo, ou seja, são argumento temáticos desses verbos.

Alguns testes confirmam o estatuto de argumento temático dos OCs em (128) e (129), em oposição aos OCs em (130) e (131): por exemplo, ao contrário destes, e de outros da mesma natureza, os OCs em (128) e (129) podem ser passivizados. Os exemplos de (137) a (141) mostram o contraste:

I. *Passivização:*

(137) Uma comida estragada foi comida no restaurante do João.

(138) Uma compra enorme foi comprada na mercearia da esquina.

(139) *Um grito forte foi gritado lá na rua.

(140) *Uma tosse prolongada foi tossida pelo João.

(141) * Um abraço gostoso foi abraçado pelo João na Maria.

Apesar de a posição de sujeito de uma sentença passiva ser uma posição não-temática (Spec, IP), o constituinte que a ocupa precisa ter recebido seu papel θ em outro lugar,

nomeadamente, em posição de complemento de V. De qualquer forma, precisa ser um constituinte de natureza temática, que sobe para [Spec, IP], apenas por razões de Caso (em sua forma passiva, o verbo não é capaz de atribuir Caso dentro de VP). Assim, a gramaticalidade do OC em posição de sujeito de passiva em (137) e (138) contrastada com a agramaticalidade dos dados de (139) a (141), indica que os primeiros, mas não estes, comportam-se como argumentos temáticos de seus verbos.

Outro teste que favorece essa afirmação é o da coordenação. É bem estabelecido na literatura que uma estrutura coordenada só pode ser gramatical se os dois conjuntos coordenados forem da mesma categoria sintática e/ou função semântica. Assim, se os OCs em (128) e (129) forem, de fato, argumentos temáticos de seus verbos, a coordenação de um segundo argumento temático não-cognato não deverá provocar qualquer alteração na gramaticalidade das sentenças. Os dados em (142) e (143) confirmam a previsão:

II. *Coordenação*

(142) Ontem, a Maria comeu comida mineira no restaurante e bomba de chocolate na Brunella.

(143) Ontem, a Maria comprou uma compra enorme no mercado e vários presentes de Natal no Shopping.

O teste da coordenação, porém, resulta agramatical se aplicado ao OC em (132). Note que não é possível coordenar *um abraço gostoso* com outro objeto temático, como *A Maria*, por exemplo:

(144) * O João abraçou um abraço gostoso e a Maria.

Podemos concluir, então, que os OCs *comida estragada* e *compra enorme* em (128) e (129) são argumentos temáticos do verbo, não diferindo em nada de objetos temáticos não-cognatos. Nesse caso, o termo "cognato" parece não ter nenhuma relevância sintática ou semântica: o fato de o objeto ser cognato parece ser apenas uma "coincidência morfológica"[19]

Com relação aos OCs nas sentenças de (130) a (132), os testes da passivização e da coordenação não dizem nada a respeito do seu estatuto sintático; apenas nos mostram que eles não são argumentos temáticos do verbo.

Um possível tratamento para os OCs desse tipo foi sugerido em Leung & Scher (2006) com a hipótese de que eles se comportam como modificadores adverbiais. Um dos argumentos usados pelas autoras naquela ocasião foi o fato de que, ao contrário dos OCs temáticos, esses OCs podiam ser parafraseados por advérbios de modo. Veja os dados de (145) a (148):

(145) A Maria comeu uma comida estragada.

(146) * A Maria comeu estragadamente.

(147) A Maria riu uma risada maliciosa.

(148) A Maria riu maliciosamente.

Contudo, os dados em (130) e (131), ou outros semelhantes a eles, que também são de OCs com verbos inergativos, nem sempre aceitam essa paráfrase:

---

[19] Note que, ao contrário do que foi proposto em trabalho anterior (ver Scher & Leung, 2005), as duas classes de OCs não podem ser estabelecidas com base na diferença entre "ser transitivo" ou "ser inergativo". A partir das sentenças em (128) e (129), podemos pensar que os OCs temáticos só ocorrem com verbos transitivos, o que é verdade. Porém, não é verdade que todos os OCs que ocorrem com verbos transitivos comportem-se como argumentos temáticos: como vimos nos testes, o OC *um abraço gostoso,* não se comporta como um argumento temático do verbo, mas assemelha-se mais aos OCs que ocorrem com verbos inergativos.

(149) O João gritou um grito forte.

(150) ?O João gritou fortemente.

(151) O João tossiu uma tosse seca.

(152) *O João tossiu secamente.

Além disso, um olhar mais cuidadoso pode mostrar que, apesar de a substituição ser possível, não há qualquer paráfrase de fato entre as sentenças em (147) e (148). Note que, em (147), não há interpretação de modo; em outras palavras, quando dizemos que a *Maria riu uma risada maliciosa* não estamos falando sobre o modo como ela riu, mas estamos dizendo apenas que ela produziu uma risada maliciosa. Se essa idéia estiver certa, então as sentenças em (153) e (154) não devem ser incoerentes, como, de fato, não o são:

(153) A Maria riu uma risada maliciosa inocentemente.

(154) A Maria riu uma risada inocente maliciosamente.

Outro teste que desqualifica a proposta de que os OCs que ocorrem com verbos inergativos são modificadores adverbiais é a impossibilidade de coordenação com outros modificadores adverbiais:

(155) *A Maria riu *uma risada gostosa* e *espontaneamente*.

(156) *O João tossiu *uma tosse seca* e *prolongadamente*.

Excluídas as possibilidades de os OCs que ocorrem com verbos inergativos serem argumentos temáticos ou modificadores adverbiais, resta ainda a proposta de Mittwoch

(1998), que, a partir dos dados Hebraico, diz que os OCs que ocorrem com verbos monoargumentais são a realização sintática do argumento evento davidsoniano.

Em Leung (2004) e Scher & Leung (2005), a validade dessa hipótese foi investigada a partir dos dados do PB. O problema dessa proposta é que ela não deixa claro o que significa ser a realização do argumento evento, isto é, o que isso prevê em termos de propriedades, comportamento e representação dos OCs na sintaxe. Apesar de dizer que os OCs realizam o argumento evento, em sua análise, Mittwoch os aproxima dos modificadores adverbiais. Segundo a autora, os OCs correspondem aos advérbios de modo do Inglês. Por não ter um sistema produtivo de formação de advérbios análogo ao sufixo *–ly* do Inglês ou *–ment,* do Francês, o Hebraico teria desenvolvido uma variedade de esquemas "alternativos" para expressar modificação adverbial. Os OCs são um desses esquemas. Nós vimos acima que a proposta de modificação adverbial para os OCs não se sustenta no PB. Além disso, em uma semântica de eventos, dizer que os OCs são modificadores adverbiais implica dizer que eles são predicados de eventos. Isso pode representar um problema para a hipótese de Mittwoch, que sugere que os OCs são a realização sintática do argumento evento davidsoniano, na medida em que seria necessário dizer que um predicado realiza uma posição argumental.

Deixando de lado, por enquanto, essas questões mais conceituais, podemos dizer que a análise de Mittwoch para os OCs do Hebraico não se aplica, de fato, aos dados do PB. Por exemplo, na descrição dos dados, Mittwoch apresenta os OCs do hebraico como NPs predicativos e uma das evidências que ela usa é o fato de os OCs não admitirem determinantes fortes, tais como artigos definidos, pronomes como *este, aquele,* etc[20]. Contudo, essa restrição de definitude não se aplica aos dados do PB:

---

[20] Na literatura, há uma generalização bastante conhecida como "Restrição de Definitude", que diz que apenas determinantes fracos, mas não determinantes fortes, podem ocorrer em posições predicativas. Além de Mittwoch, outros autores, como Pereltsvaig (1999, 2001), valem-se da Restrição de Definitude sobre os OCs do Hebraico, a fim de argumentar a favor de seu caráter predicativo nessa língua.

(157) "Você também **gritou esse grito** colorido que voou continentes e mares e aterrissou numa terra verde, com homens correndo, numa aparição em verde-amarelo?"

(http://www2.uol.com.br/pagina20/02072006/jose_augusto.htm - Último acesso: 03/08/2007)

(158) "Ao explicar, ele **riu aquela risada** gostosa e simplesmente disse: 'Você vai estudar é matemática, vou transferir seus papéis.' Eu também ri e não me opus."

(http://www.scielo.br/cgi-bin/fbpe/fbtext?got=last&pid=S0104)

A possibilidade de ocorrência de OCs com determinantes fortes enfraquece a suposição de que eles sejam NPs predicativos e, por isso, de que sejam analisados como predicados de eventos também no PB.

Outro fator que não nos permite sustentar a hipótese de Mittwoch para o PB é que, enquanto no Hebraico os OCs podem ocorrer com vários tipos de predicados, como verbos transitivos, passivos, inergativos, inacusativos e predicados adjetivais (ver Pereltsvaig, 2001), no português, como vimos na seção 2 deste capítulo, os OCs só ocorrem com verbos inergativos e alguns verbos transitivos. Ora, se os OCs comportam-se como modificadores adverbiais, então, em tese, não deveria haver restrição com relação à sua produtividade. Em outras palavras, adotando a hipótese de que os OCs são predicados de eventos, nós teríamos que explicar porque eles podem modificar apenas eventos do tipo *abraçar*, como em (132), mas não eventos do tipo *afastar*, como em (133).

Por fim, uma das conseqüências de se afirmar que os OCs são a realização do argumento evento é que OCs que não denotam eventos (por exemplo, *build a tall building,* do Inglês*)* não serão considerados pela autora como OCs, apesar de terem a mesma raiz morfológica do verbo. Contudo, apesar de OCs tais como *grito* ou *risada* em (157) e (158) serem nominalizações eventivas, eles não denotam o evento, mas o produto criado pelo evento. O problema, na verdade, é que o fato de esse produto denotar uma eventualidade faz com que os limites entre o que denota o evento na sentença sejam muito sutis.

A proposta a ser desenvolvida nessa dissertação diz que os OCs no PB são argumentais. Porém, ao contrário de outras propostas que também defendem a natureza argumental dos OCs (como em Massam, 1990), nós defenderemos a hipótese de que os OCs são argumentos não-temáticos: são complementos do verbo na *Lexical Relational Structure* (LRS) mas, na sintaxe, são projetados em uma posição externa a VP. Essa proposta será mais detalhada na seção 5 deste capítulo. Na próxima seção, nós vamos ver, brevemente, o modelo teórico em que se baseia a nossa hipótese.

4. Background Teórico

A análise a ser apresentada na seção 5 deste capítulo baseia-se no modelo de estrutura argumental proposto em Hale & Keyser (1993, 2002). Neste modelo, e*strutura argumental* refere-se à configuração sintática projetada por um item lexical. É o sistema de relações estruturais mantidas entre o núcleo e seus argumentos dentro de estruturas sintáticas que são determinadas pelas propriedades dos itens lexicais. Trata-se, portanto, de uma *sintaxe lexical* ou, em outras palavras, de uma sintaxe de núcleo, mas não de uma sintaxe sentencial. As projeções que são determinadas pelas propriedades dos núcleos lexicais são chamadas de *lexical relational strucutre* (LRSs).

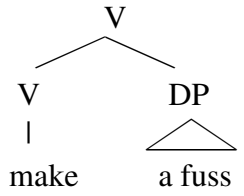
Para exemplificar, observe a sentença em (159), retirada de H&K (2002):

(159) He made a fuss.

Apesar de, na sintaxe sentencial, o verbo *make* ser diádico (isto é, projetar dois argumentos), a sua LRS é monádica: contém apenas um argumento, seu complemento, mas não projeta um especificador. Para itens lexicais do tipo representado por *make* em (159), o sujeito sintático sentencial (*he* em *he made a fuss*) é um argumento externo, mas não um

argumento interno à configuração projetada lexicalmente. A LRS do verbo *make* em (159) é algo como:

(160)



Essa estrutura em (160) também é projetada pelos chamados "verbos denominais" listados em (161):

(161) belch, burp, cough, crawl, cry, dance, gallop, gleam, glitter, glow, hop, jump, laugh, leap, limp, nap, run, scream, shout, skip, sleep, sneeze, sob, somersault, sparkle, speak, stagger, sweat, talk, trot, twinkle, walk, yell

(Hale & Keyser, 2002:14)

Esses verbos em (161) compartilham uma importante propriedade lexical e sintática com expressões verbais analíticas do tipo *make a fuss:* eles não entram em alternância de transitividade:

(162) The cowboys made trouble.

(163) *The beer made the cowboys trouble.

(i.e., the cowboys made trouble because of the beer)

(164) The children laughed.

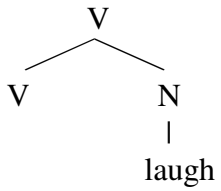
(165) *The clown laughed the children.

(i.e., the children laughed because of the clown).

(Hale & Keyser, 2002:14)

Essa propriedade compartilhada, bem como o caráter denominal dos verbos em (161), é explicada pelos autores atribuindo a esses verbos uma estrutura monádica[21]. Assim como *make*, o verbo denominal *laugh* não projeta especificador. A sua LRS será como em (166):

(166)



De acordo com H&K, a LRS em (166) é a "base" para a formação dos verbos denominais inergativos. A formação do verbo se dá através de um processo chamado *conflation*, que consiste na "fusão de núcleos sintáticos": a matriz fonológica do núcleo do complemento (digamos, N) é inserida no núcleo que a governa (seja ele vazio ou afixal),

---

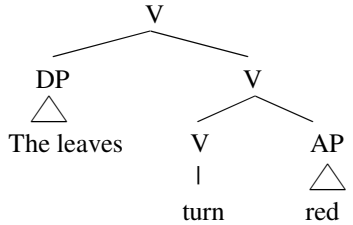
[21] Verbos que permitem alternância transitiva têm uma estrutura diádica na LRS: Observe os seguintes dados:

(i) The leaves turned red.

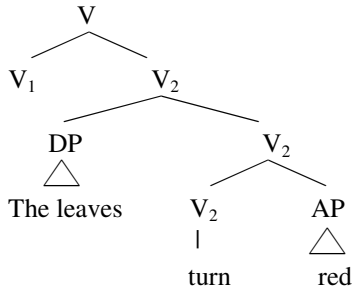
(ii) The cold turned the leaves red.

A sentença em (i) é chamada de *diádica composta,* pois o núcleo verbal toma apenas um argumento (o complemento) e este, por sua vez, projeta o especificador (note que a relação de predicação é entre o predicado adjetival e o especificador, e não entre este e o verbo). Nesse caso, o especificador é interno à projeção lexical, porque ele aparece como o objeto sintático sentencial na alternante transitiva (sentença (ii)). Para H&K, a sentença transitiva é formada encaixando-se a estrutura lexical intransitiva (diádica composta) na posição de complemento de uma estrutura monádica. A projeção verbal intransitiva de (i) tem a forma mostrada em (iii), enquanto a alternante transitiva tem a forma em (iv):

(iii)

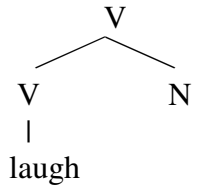


(iv)



dando origem a uma única palavra. Assim, a 'pronúncia' da LRS em (166) terá a matriz fonológica sob V, não sob N:

(167)



Em uma primeira versão da teoria (H&K, 1993), o processo de *conflation* era entendido como uma espécie de incorporação: os verbos denominais, em geral, eram formados por meio de movimento de núcleo. Contudo, em uma versão mais atual (H & K, 2002), H&K perceberam que não é necessária a postulação de um processo desse tipo.

O processo de *conflation* foi motivado originalmente por duas considerações principais:

(i) O caráter denominal de verbos como *laugh* e *dance*[22]*;*

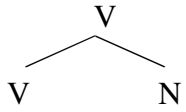
(ii) A idéia de que esses verbos projetam uma estrutura abstrata transitiva.

Contudo, essas duas considerações podem ser explicadas sem se postular uma operação de movimento. Sem apelar para *conflation,* a primeira consideração pode ser explicada da seguinte forma: as matrizes fonológicas que dão aos verbos em questão uma aparência denominal já estão presentes no léxico. A matriz fonológica de um verbo como *laugh* será como em (168):

---

[22] H&K também abordam em sua análise as chamadas construções hipônimas do tipo
(i) O João dançou um samba.

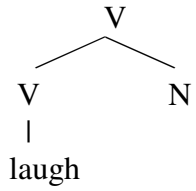
(168)



Assim, apenas dois processos são essenciais: Merge e Inserção de Vocabulário. Nessa última versão da teoria, a raiz *laugh* não é mais inserida em N para, em seguida, se mover para V. No processo de Inserção de Vocabulário, ela já é inserida diretamente em V.

Quanto à segunda consideração (a idéia de que os verbos denominais inergativos projetam uma estrutura abstrata transitiva), ela é independente da questão de *conflation*: tem a ver com as propriedades sintáticas desses verbos, nomeadamente, o fato de eles não projetarem especificador. Assim, a LRS de *laugh* será como em (169), sem que haja qualquer operação de movimento:

(169)



Essa nova versão da teoria, porém, levanta uma questão relacionada ao licenciamento do N vazio. Na versão original, quando *conflation* era entendido como uma espécie de incorporação, era o verbo vazio que precisava ser licenciado. O licenciamento era realizado através de *conflation*, que dava material fonológico para o verbo. O N que ficava para trás era licenciado com um vestígio, como esperado em uma teoria de movimento. Porém, desistindo de *conflation* e assumindo que a estrutura em (169) é derivada apenas por Merge e Inserção de Vocabulário, algum outro princípio deve estar envolvido no licenciamento de núcleos vazios. Considere os seguintes dados para comparação:

(170) *He made.

(cf. He made a fuss/trouble)

(171) *She did.

(cf. She did a jig/pirouettes).

(Hale & Keyser, 2002:91)

Em (170) e (171), o que está errado é que não há informação suficiente para se postular um objeto. O objeto é invisível, não-identificado. Diferentemente, em uma construção inergativa padrão, o verbo dá a informação relevante para a sua interpretação em conjunto com o seu complemento não-aberto: o verbo identifica o complemento.

(172) The baby slept.

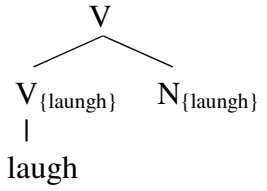
(173) Isadora danced.

(174) The colt sneezed.

(Hale & Keyser, 2002:92)

O que essas considerações mostram é que o componente "nominal" desses verbos é, de fato, real, e serve para licenciar o complemento não-aberto. No caso dos verbos das sentenças de (172) a (174), os verbos identificam um complemento não-aberto, como eventualidades ou entidades correspondendo aos nomes do Inglês *sleep, dance, sneeze.* É essa identificação que licencia o complemento não aberto. Podemos dizer, então, que há uma relação de certo modo "classificatória" entre alguns traços semânticos do núcleo verbal e um determinado argumento. A representação dessa relação selecional "classificatória" é feita por meio de índices, que ligam o verbo ao seu complemento, como se poder ver na representação em (175):

(175)



A partir disso, é possível dizer algo sobre a agramaticalidade dos verbos em (170) e (171). H&K propõem que a sua inabilidade de tomar um objeto não-aberto segue do fato de que eles são "verbos leves". Em outras palavras, são verbos sem qualquer componente semântico que poderia entrar em uma relação "classificatória" capaz de licenciar um complemento vazio.

Note que os verbos em (170) e (171), bem como os verbos nos exemplos de (172) a (174) projetam a mesma estrutura argumental e têm uma semântica estrutural de "produção". A diferença entre eles está em sua *semântica lexical*: os verbos em (170) e (171) não podem ter o componente semântico lexical presente nos verbos de (172) a (174) (representado pelo índice em (175)), que licencia o complemento nominal não-aberto.

Assim, *conflation* não será uma operação de movimento, mas pura e simplesmente uma situação em que um verbo, dotado com certo conteúdo semântico, é coindexado com um complemento nominal com o qual mantém uma relação de seleção classificatória, em particular, uma relação semântica de produção. Dessa forma, o nome pode ser não-realizado. Uma conseqüência natural dessa proposta é que o complemento nominal desse tipo de verbo, nomeadamente, verbos que projetam uma estrutura transitiva e têm uma semântica de produção, <u>pode</u> ser não-realizado, mas não <u>precisa</u> ser não-realizado. Quando ele for realizado, teremos um dado de OC:

(176) A Maria riu uma risada maliciosa.

Com essa teoria, é possível dar conta dos dados de OCs do PB[23]. Em primeiro lugar, partindo da estrutura argumental projetada pelo núcleo verbal, é possível explicar porque apenas verbos inergativos e transitivos admitem OCs. Em segundo lugar, entendemos porque apenas alguns verbos transitivos, mas não outros, admitem cognatos: a formação de OCs está relacionada com a semântica lexical do núcleo verbal, a saber uma semântica de produção. Observe novamente os dados em (132) e (133) repetidos abaixo, em (177) e (178):

(177) O João abraçou um abraço gostoso na Maria.

(178) *A Maria afastou um afastamento desajeitado na cadeira.

O verbo *abraçar* na sentença em (177) é um verbo transitivo que tem uma semântica de produção: todo evento de abraçar produz, necessariamente, um abraço. Ao contrário, o evento de afastar não produz um afastamento. Por essa razão, mesmo projetando uma estrutura transitiva, o verbo *afastar* não é capaz de licenciar um complemento não-aberto na LRS, de modo que esse complemento possa ser, eventualmente, realizado na forma de um OC[24].

A hipótese a ser desenvolvida na próxima seção deste capítulo sugere que os OCs no PB sejam argumentos não-temáticos do verbo. A razão que nos leva a postular essa hipótese é o fato de acreditarmos que os OCs são, na realidade, argumentos do verbo na LRS, embora não se comportem como objetos temáticos do verbo na sintaxe: como vimos na seção 2 deste

---

[23] Aqui, não estamos mais considerando os OCs que classificamos como argumentos temáticos em (128) e (129).

[24] Diante do que foi exposto até aqui, poderia se pensar que a sentença em (i) deveria ser boa, já que o verbo *abraçar* licencia um complemento não-aberto:

(i) * O João abraçou.

Contudo, é importante ressaltar que o complemento da projeção em LRS não equivale, necessariamente, ao argumento sintático do verbo. A agramaticalidade do exemplo em (i) deve-se ao fato de que o argumento sintático de *abraçar,* nomeadamente, aquele que recebe o papel de tema, não foi realizado e, assim, o verbo não conseguiu descarregar um de seus papéis temáticos.

capítulo, eles não passivizam, não podem ser coordenados com outros objetos temáticos, além do fato de não serem subcategorizados pelo verbo.

5. OCs como argumentos não-temáticos do verbo.

Um caso de argumento não-temático mais conhecido na literatura é o dos expletivos. Expletivos são elementos que não possuem papel-θ e, portanto, não podem ocorrer em posições subcategorizadas, isto é, em posições temáticas. Evidência para isso é o fato de que os expletivos, no inglês, podem ocupar a posição de sujeito de construções de alçamento (como em (179)), mas não de estruturas de controle (como em (180)):

(179) **It** seems that John leaves early.

(180) ***It** hopes that John leaves early.

(Hornstein, Nunes e Grohmann, 2005:51)

O verbo *seem*, em (179), atribui apenas um papel-θ e o faz para uma proposição que ocupa a posição de complemento, mas ele não atribui papel-θ externo. Assim, a posição de sujeito de verbos de alçamento, como *seem,* por exemplo, é uma posição não-temática e, portanto, pode ser preenchida por um expletivo. Diferentemente, o verbo *hope,* em (180), atribui dois papéis-θ: um para a proposição em posição de complemento e o outro para o seu argumento externo, nomeadamente, aquele que desempenha o papel de "*hoper*". Assim, a agramaticalidade de (180) deve-se a uma violação do Critério-θ, já que o predicado de controle *hope* deve atribuir seu papel-θ externo a uma argumento, mas expletivos são elementos que, por natureza, não podem receber papéis temáticos.

Outra propriedade dos expletivos é que, apesar de serem elementos não-temáticos, eles são plenamente especificados com traços categorial, de Caso, além de traços-φ.[25]

Como vimos ao longo deste capítulo, os OCs, assim como os expletivos, são elementos não-temáticos: não são subcategorizados pelos verbos com os quais se relacionam e não se comportam como os objetos temáticos desses verbos. Apesar disso, eles precisam receber traço de Caso para ser licenciados na Sintaxe. Os dados abaixo confirmam essas observações:

(181) O João namora a Maria há 5 anos.

(182) O João namora um namoro sério com a Maria há 5 anos.

Em (181), o DP *a Maria* recebe Caso Acusativo. Quando o OC é realizado, como em (182), é necessária a inserção de uma preposição, sem o que a sentença fica irremediavelmente agramatical. Observe o dado em (183):

(183) *O João namora um namoro sério a Maria há 5 anos.

Esses dados podem ser explicados se o DP *um namoro sério* tem Caso Acusativo. Nesse caso, é como se o OC "roubasse" a possibilidade de o Caso Acusativo ser atribuído ao DP *a Maria*, fazendo com que seja necessária a inserção de uma preposição para lhe atribuir Caso. Outros exemplos de OCs com verbos transitivos comprovam a necessidade da inserção da preposição:

---

[25] Essa afirmação é verdadeira apenas para o expletivo *it,* mas não para o expletivo *there*, que tem uma especificação de traços diferente. Para uma discussão mais detalhada, ver Hornstein, Nunes & Grohmann (*op cit*), páginas 299-301.

(184) O Tor mordeu uma mordida forte no meu braço.

(185) *O Tor mordeu uma mordida forte o meu braço.

(186) O João abraçou um abraço gostoso na Maria.

(187) *O João abraçou um abraço gostoso a Maria.[26]

Quanto aos verbos inergativos, a necessidade de Caso na Sintaxe não será um problema se levarmos em conta a Generalização de Burzio (Burzio, 1986): Burzio notou que verbos que não atribuem papel-θ externo não são capazes de atribuir Caso Acusativo. Ora, verbos inergativos têm papel-θ externo para atribuir e, assim, de acordo com a Generalização de Burzio, eles não estão impedidos de atribuir Caso Acusativo, se for necessário. Os dados em (188) e (189) mostram que os verbos inergativos podem, de fato, admitir um complemento[27]:

(188) As crianças da rua gostam de pular amarelinha.

(189) Eu tinha esquecido a chave e, por isso, tive de gritar a minha mãe.

---

[26] Um dado que pode ser um contra-exemplo para esse argumento é quando o OC pode ocorrer com um clítico Acusativo, como em (i) abaixo:
(i) O João me abraçou um abraço forte.
Apesar de ainda não saber exatamente como explicar esse dado, uma sugestão é que o fato de o clítico ter uma natureza diferente de DPs plenos faz com que ele também tenha diferentes exigências de Caso.
Evidência de que os clíticos têm natureza diferente de DPs plenos é encontrada em dados do Italiano, em que o cruzamento de um NP sobre um outro NP com papel de experenciador só é possível se este último for um pronome clítico, mas não um DP pleno. Observe o contraste em (ii), (iii) e (iv):
(ii) [Gianni$_i$ sembra [t$_i$ essere stanco]]
Gianni seems be tired
'Gianni ssems to be tired".
(ii) *[Gianni$_i$ sembra a Maria [t$_i$ essere stanco]]
Gianni seems to Maria be tired
"Gianni ssems to Maria to be tired".
(iii) [Gianni$_i$ gli sembra [t$_i$ essere stanco]]
Gianni him (DAT. CL) seems be tired
"Gianni seems to him to be tired". (Dados retirados de H,N & G, 2005: 145)

[27] O exemplo em (189) é mais comum de ocorrer em alguns dialetos mineiros, mas alguns paulistas também o aceitam como gramatical.

Sendo assim, nas sentenças em (190) a (192), podemos dizer que os OCs recebem Caso Acusativo de seus verbos:

(190) O João pulou um pulo alto.

(191) O João gritou um grito rouco.

(192) O João riu uma risada maliciosa.

Nesse ponto, parece surgir uma questão adicional: se os OCs comportam-se como expletivos, o que se espera é que eles não ocorram em nenhuma posição subcategorizada. Onde, então, eles serão representados na Sintaxe? Dados de expletivos do Inglês como os que aparecem em (193) e (194) levantam uma questão similar, na medida em que esses expletivos ocorrem em posição de objeto de VP, uma posição subcategorizada:

(193) Everyone would prefer <u>it</u> (for you) to come early.

(194) I dislike <u>it</u> that he is so cruel.

(Runner 2000:257)

A fim de dar conta desses dados, Runner (2000) argumenta a favor de um paralelismo entre o comportamento de sujeitos e objetos: com a hipótese do sujeito interno a VP (PISH – *Predicate Internal Subject Hypothesis),* os sujeitos passaram a ser gerados em uma posição temática, interna ao predicado e movidos para uma posição funcional externa para receber Caso. Runner propõe que os objetos diretos, de igual forma, sejam gerados em uma posição temática, interna ao predicado e, então, movidos para uma posição funcional externa,

nomeadamente, [Spec, AgrOP], para receber Caso. Runner chama essa hipótese de Hipótese do Objeto Externo (EOH – *External Object Hypothesis*).

No caso dos expletivos em posição de objeto, como eles não podem ocorrer em posições subcategorizadas, na EOH, eles são gerados diretamente em uma posição não-subcategorizada, não-temática, que seria a posição de especificador de AgrOP, nos termos de Runner.

O argumento do autor desenvolve-se no sentido de mostrar que tanto o verbo principal como o objeto direto são realizados abertamente em uma posição externa ao VP. No que diz respeito ao verbo, para argumentar que sua posição é externa ao VP, o autor utiliza, entre outros, o teste da coordenação:

(195) Gary put the [book on the table] and [the lamp on the sofa].

(196) Chris ate [the meat slowly] but [the vegetables quickly].

(Runner 2000:261)

Os conjuntos coordenados [the book on the table] e [the lamp on the sofa] parecem constituintes do tipo VP, que contém os complementos de V, mas não contém o verbo.

Outro teste é o do *Right-Node Raising,* que também parece atingir um constituinte do tipo VP que não contém um verbo:

(197) Leslie played, and Mary sang, [some Country & Western songs at George's party].

(198) Mary baked, and George frosted, [twenty cakes in less than one hour].

(Runner 2000:261)

O constituinte à direita, como, por exemplo, [some Country & Western songs at George's party], é um constituinte que contém os complementos de V, mas não contém o verbo. Assim, Runner conclui, em primeiro lugar, que o verbo se move abertamente para fora de um constituinte que contém os complementos de V e outros materiais relacionados ao VP.

O autor também apresenta evidências para mostrar que o objeto direto também é realizado abertamente em posição externa ao constituinte VP. Exemplos de coordenação apontam para constituintes do tipo VP que não contém o verbo nem o objeto direto:

(199) Marcia told the story [to Alice before breakfast] and [to Sam after dinner].

(200) I showed the office [to the prospective students during their interviews] and [to the faculty after cleaning it up].

(Runner, 2000:262)

Os conjuntos coordenados apresentados nas sentenças em (199) e (200) contêm outros "materiais de VP" (objeto indireto, por exemplo), sem conter o verbo (por exemplo, *told*) ou o objeto direto NP (por exemplo, *the story)*, sugerindo que ambos tenham se deslocado para fora do VP.

Exemplos de *Right Node Raising* apontam para a mesma direção:

(201) Marcia told the story, and Alice explained the problem, [to Sam after the dinner].

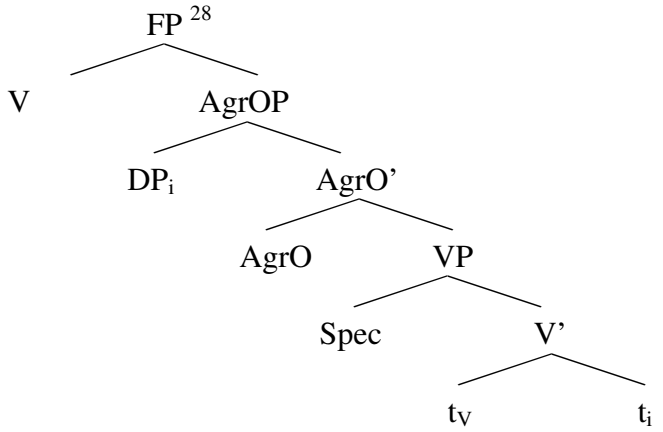
(202) Ginger saw Mary Ann, and Thurston saw Lovey, [in the park after the dinner].

(Runner, 2000:262)

Os constituintes à direita (entre colchetes nos exemplos acima) parecem ser constituintes de VP sem o verbo e o objeto direto NP. Runner toma isso como evidência de que o verbo e o objeto direto tenham alçado abertamente para uma posição externa a VP.

A partir dessas e de outras evidências, Runner conclui que o verbo principal e o objeto direto são realizados em posição externa com relação ao constituinte VP. De acordo com a EOH, a estrutura sintática proposta para representar o verbo e o objeto direto é a seguinte:

(203)



(Runner, 2000:263)

Esta proposta garante um tratamento uniforme para a posição final do objeto direto, seja ele temático ou expletivo, já que, de acordo com ela, os complementos temáticos do verbo são gerados em posição interna ao predicado e, em seguida, movidos para [Spec, AgrOP] por razões de Caso, ao passo que os expletivos que ocorrem em posição de objeto são gerados diretamente em posição externa ao predicado, [Spec, AgrOP].

Outra razão para argumentar a favor do alçamento do objeto para [Spec, AgrOP], é que, segundo o autor, a posição de objeto é funcionalmente diferente das outras posições de VP. A evidência que ele apresenta para esse argumento é o fato de que os advérbios podem

[28] Runner deixa em aberto qual é o rótulo de FP. O autor nota, porém, que é uma posição mais alta que AgrOP, talvez, TP ou AgrSP.

ocorrer entre o verbo e seu complemento preposicional, como se vê em (204), mas não ocorrem entre o verbo e seu complemento NP, como se vê em (205).

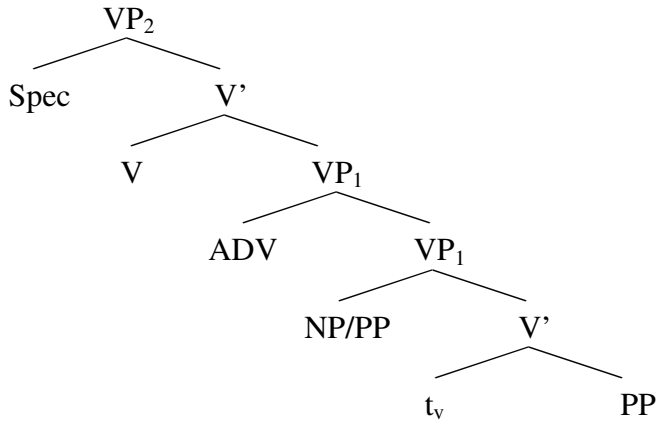
(204) Sam talked (quietly) to Carol about Oliver.

(205) Cindy showed (*quietly) her books to the boys.

(Runner, 2000:265)

De acordo com o autor, o contraste acima não pode ser explicado se o objeto for realizado abertamente dentro do VP. Observe a representação de duplo *VP-shell,* proposta por Larson (1988):

(206)

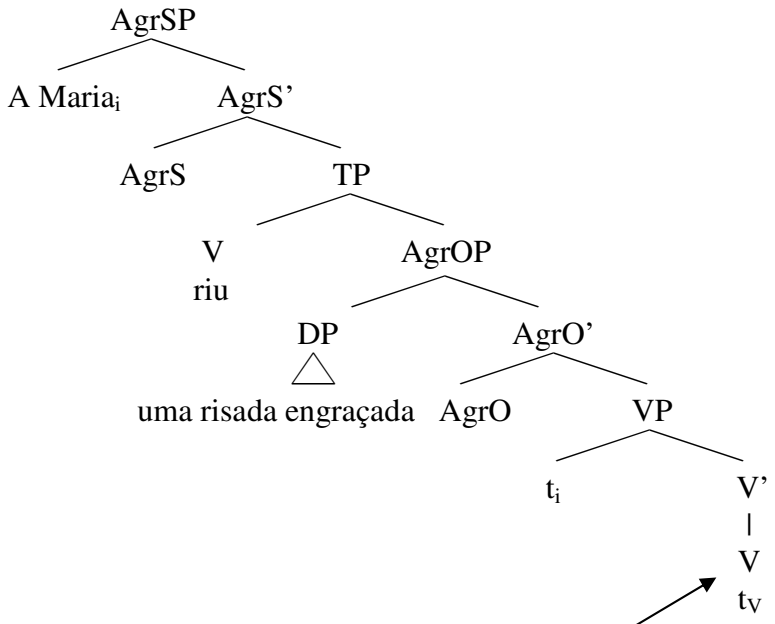


Partindo da representação em (206), a explicação para o contraste entre (204) e (205) dependeria de uma generalização muito particular e, por isso, bastante fraca: seria preciso dizer que o advérbio poderá se adjungir a VP_1, no caso de o primeiro argumento ser um PP, mas não no caso de o primeiro argumento ser um NP. Não seria simples explicar a impossibilidade de adjunção a VP_1 para o caso do primeiro argumento ser um NP. Por outro lado, assumindo a representação em (203), com o objeto direto em [Spec, AgrOP] e o objeto preposicionado em VP, a generalização é bem mais simples: advérbios podem adjungir a VP, mas não podem adjungir a AgrOP.

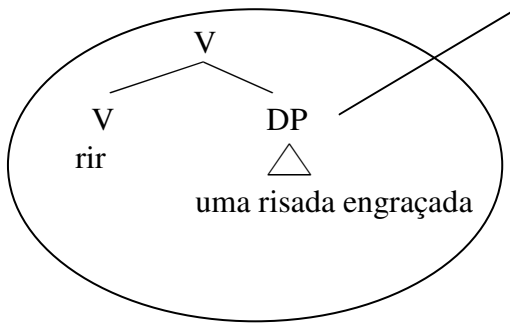
Adotando a proposta de Runner (2000), nós poderíamos analisar os OCs como complementos do verbo na LRS, mas, na Sintaxe, sendo gerados diretamente em [Spec, AgrOP], onde receberiam Caso Acusativo, assim como os expletivos que ocorrem em posição de objeto. Assim, (208) seria uma possível representação sintática para uma construção com OC e com verbo inergativo, em (207). Em (209), há uma representação do verbo na LRS:

(207) A Maria riu uma risada engraçada.

(208)



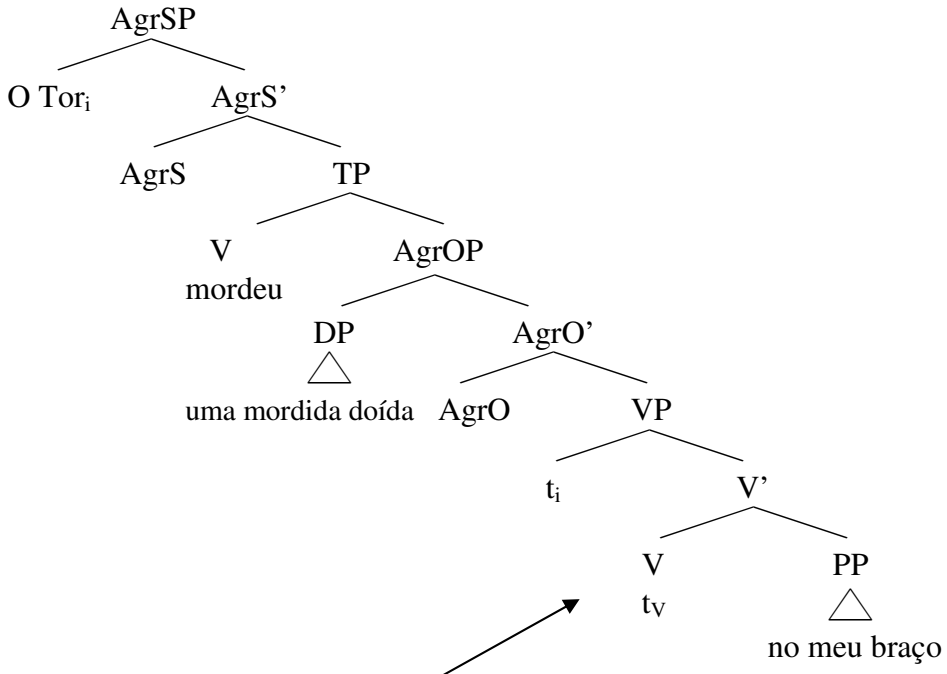
(209) Representação em LRS:



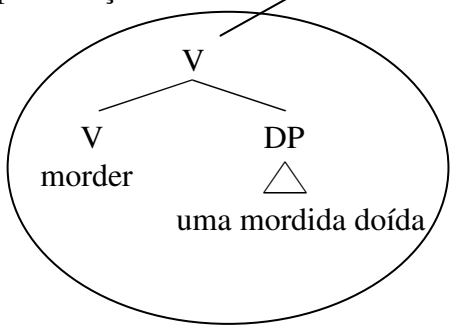
As representações sintática e na LRS para uma sentença com OC e com verbo transitivo, como em (210), seriam, respectivamente, como nos exemplos em (211) e (212):

(210) O Tor mordeu uma mordida doída no meu braço.

(211)



(212) Representação na LRS:



Note que, na representação sintática, apenas os itens lexicais *rir* ou *morder* ocupam o nó V em VP. Os respectivos OCs são complementos de V apenas na LRS. Na sintaxe, eles são gerados diretamente em [Spec, AgrOP] para receber Caso Acusativo do verbo.

Com a proposta de Runner (2000) em mãos, é possível gerar os OCs em uma posição não-temática, onde eles possam checar Caso Acusativo, como queríamos.

Contudo, há um problema nas representações em (208) e (211): a fim de poder checar Caso Nominativo e concordância de sujeito, o NP sujeito cruza sobre o OC em [Spec, AgrO], violando Minimalidade Relativizada (Rizzi, 1990). A idéia básica de minimalidade é que um elemento não pode se mover sobre outro elemento do mesmo tipo. Assim, dado que sujeito e

objeto, bem como as posições que eles ocupam, são elementos de natureza argumental, um não pode cruzar sobre o outro ao realizar um movimento. A razão para essa restrição é que quando, por exemplo, o sujeito cruza sobre o objeto último, este passa a ser um regente potencial para o vestígio deixado pelo sujeito, gerando uma cadeia mal-formada A definição de minimalidade proposta por Rizzi (1990) é a seguinte:

(213) Minimalidade Relativizada

X α-rege Y apenas se não há nenhum Z tal que:

(i) Z é um α-regente potencial para Y e

(ii) Z c-comanda Y e não c-comanda X.

Em (211), o OC c-comanda o vestígio do movimento do sujeito *O Tor*, mas não c-comanda o próprio sujeito, violando, assim, a cláusula (ii) de minimalidade. Essa cláusula estabelece uma noção de proximidade: se um elemento se move para uma posição mais alta, essa posição deve ser suficientemente próxima do vestígio do elemento movido, de modo que não haja nenhum outro elemento de mesma natureza que ele que possa se tornar um regente potencial para o seu vestígio.

Diante desses fatos, precisamos pensar em uma representação que mantenha as vantagens da proposta de Runner (isto é, que tenha uma posição não-subcategorizada disponível para checagem de Caso do OC), sem incorrer nos problemas de minimalidade. Antes disso, porém, vale a pena dar uma olhada em uma revisão mais atual das questões de minimalidade.

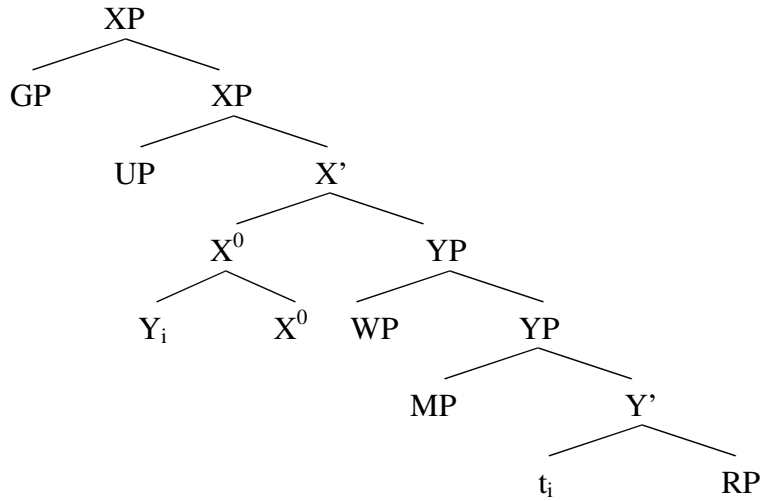
Chomsky (1993) (*apud* Hornstein, Nunes e Gorhmann (2005)) apresenta a definição de domínio mínimo, fundamental para a revisão de minimalidade:

(214) *Domínio Mínimo*

O Domínio Mínimo de α, ou MinD (α), é o conjunto de categorias imediatamente contidas ou imediatamente dominadas pelas projeções do núcleo α, excluindo as projeções de α[29].

Para ficar mais claro, observe a representação em (215) abaixo, retirada de Hornstein, Nunes e Gorhmann (H,N&G) (2005):

(215)



(H,N&G, 2005:149)

De acordo com (214), o Domínio Mínimo de ([X^0, X^0]) em (215) é o conjunto das categorias imediatamente contidas ou imediatamente dominadas pelas projeções de X^0, excluindo a própria projeção de X^0. Então, o MinD ([X^0, X^0]) será, por exemplo, o conjunto que compreende [YP, YP] (o complemento de X^0), Y (o núcleo adjungido (ou contido) a X^0)), UP (o especificador de X^0) e GP (o adjunto de XP).

---

[29] Sobre as noções de Continência e Dominância:

(i) Continência: Uma categoria α contém β sse algum segmento de α domina β.

(ii) Dominância: Uma categoria α domina β sse todo segmento de α domina β.

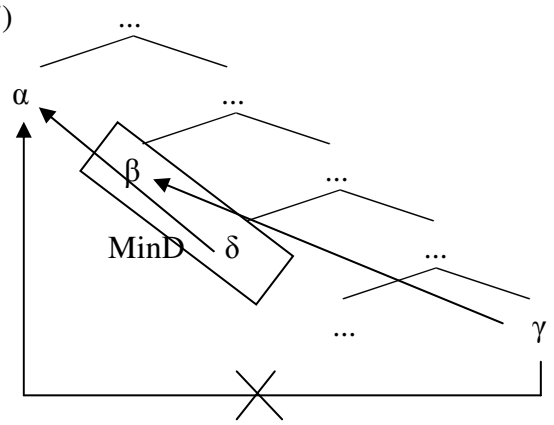
O que é relevante para nós aqui é que os efeitos de minimalidade são inertes dentro de um MinD. Nas palavras de H,N&G, é como se o MinD "achatasse" a estrutura, de modo que, se duas posições estão no mesmo MinD, então elas são eqüidistantes da posição fonte ou da posição alvo do movimento. Em (216), há uma definição de eqüidistância e, em (217), uma representação de como ela funciona:

(216) *Eqüidistância*

Se duas posições α e β estão em um mesmo MinD, então elas são eqüidistantes de qualquer outra posição.

(H,N&G: 2005:163)

(217)



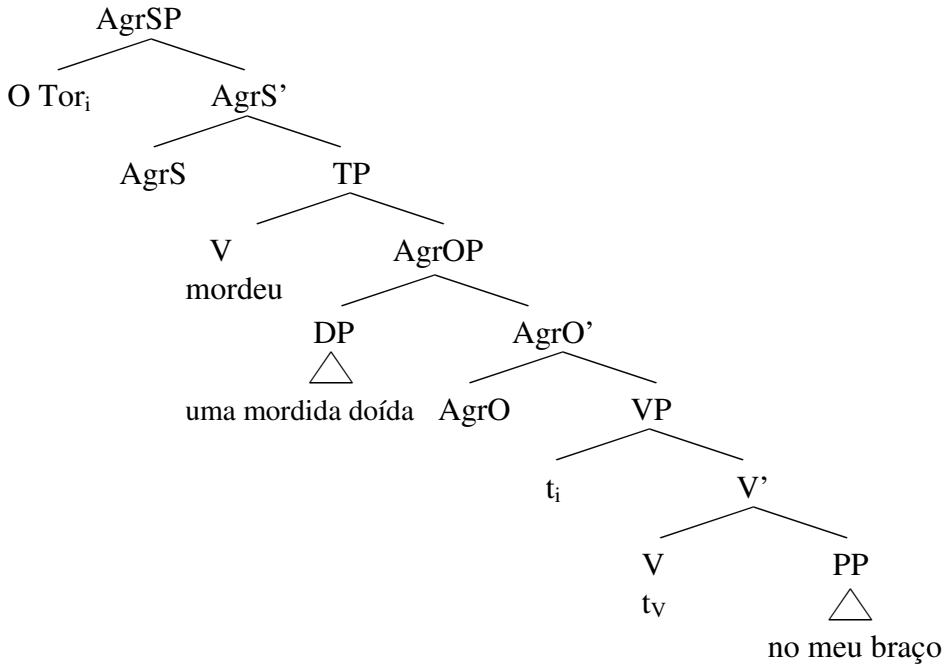
(H,N&G: 2005:164)

Em (217), dado que β e δ estão no mesmo MinD, então ambos têm a mesma "distância" em relação a γ e em relação a α. Assim, γ pode se mover para β, cruzando sobre δ, e δ pode se mover para a posição ocupada por α, cruzando β, sem que haja violações de minimalidade. Contudo, γ não pode se mover diretamente para α, pois os elementos cruzados não estão no mesmo MinD nem do alvo e nem da fonte do movimento.

Vamos voltar, agora, para as representações de COCs em (208) e (211). Note que elas continuam tendo problema de minimalidade, mesmo com a introdução das noções de MinD e

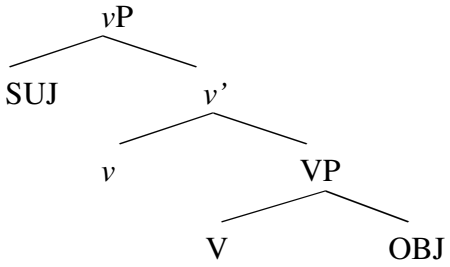
Equidistância. Em (211), por exemplo, para que o sujeito em [Spec, VP] pudesse se mover para [Spec, AgrSP] sem violar minimalidade, seria preciso que [Spec, AgrSP] e [Spec, AgrOP] estivessem no mesmo MinD, pois, nesse caso, elas seriam eqüidistantes da posição fonte de movimento ([Sepc, VP]), ou que [Spec, AgrOP] estivesse no mesmo MinD de [Sepc, VP], pois ambos seriam eqüidistantes da posição alvo do movimento ([Spec, AgrS]). Contudo, não é esse o caso. Na representação em (211), repetida abaixo, vemos que, enquanto o [Spec, AgrS] faz parte do MinD do núcleo AgrS, o [Spec, AgrO] está no MinD do núcleo AgrO e [Sepc, VP] está no MinD do núcleo V:

(218)



Se, porém, houver um meio em que o OC e o sujeito possam estar no mesmo MinD, os problemas de minimalidade se resolvem naturalmente. Essa alternativa é possível em uma representação sem AGR. Considere, a seguir, a versão minimalista de duplo *VP-shell,* um desenvolvimento da proposta de Larson (1988) apresentada em (206):

(219)



(Hornstein, Nunes e Grohmann, 2005:104)

Em (219), *v* é um verbo leve causativo, responsável pela atribuição de papel-θ externo e checagem de Caso Acusativo. O interessante dessa representação é que ela consegue capturar a generalização feita por Burzio (1986), a que me referi anteriormente, de que apenas verbos que atribuem papel-θ externo são capazes de atribuir Caso Acusativo: essa generalização pode ser explicada se um mesmo elemento, no caso *v,* for o responsável pelas duas atribuições.

A questão que fica é: como *v* é capaz de checar Caso Acusativo? Assumindo que, de acordo com uma visão minimalista, as estruturas sintáticas são construídas através de sucessivas aplicações das operações de Merge e Move, a princípio, não há limites para o número de Specs que certa categoria pode ter. Nesse caso, o verbo leve pode licenciar outro especificador no qual o objeto possa checar seu Caso e concordância de objeto sob uma relação de Spec-head, como em (220).

(220) $[_{vP}$OBJo $[_{v'}$ SUJ $[_{v'}$ $V_v + v$ $[_{VP}$ t_v t_o]]]]

Em (220), note que, ao se mover para checar Caso Acusativo, o objeto cruza sobre o sujeito. Porém, dado que ambos estão dentro do mesmo MinD, nomeadamente, o MinD(*v*), segue-se que eles são eqüidistantes de $t_{o.}$ Assim, o objeto pode subir para uma posição não-temática a fim de checar Caso, sem violar minimalidade.

Com relação ao sujeito, este se move para [Spec, TP], a fim de checar Caso Nominativo:

(221) $[_{TP}\ SUJ_s\ T\ [_{vP} OBJo\ \ [_{v'}\ t_s\ [_{v'}\ V_v + v\ [_{VP}\ t_v\ \ t_o\ ]]]]$

Da mesma forma que em (220), em (221), o sujeito cruza sobre o objeto ao se mover para checar Caso Nominativo. Porém, a sua posição de origem ([Spec, *v*P]) está no mesmo MinD da posição para a qual o objeto se moveu. O resultado é que ambas as posições são eqüidistantes de [Spec, TP] e, mais uma vez, não há violação de minimalidade[30].

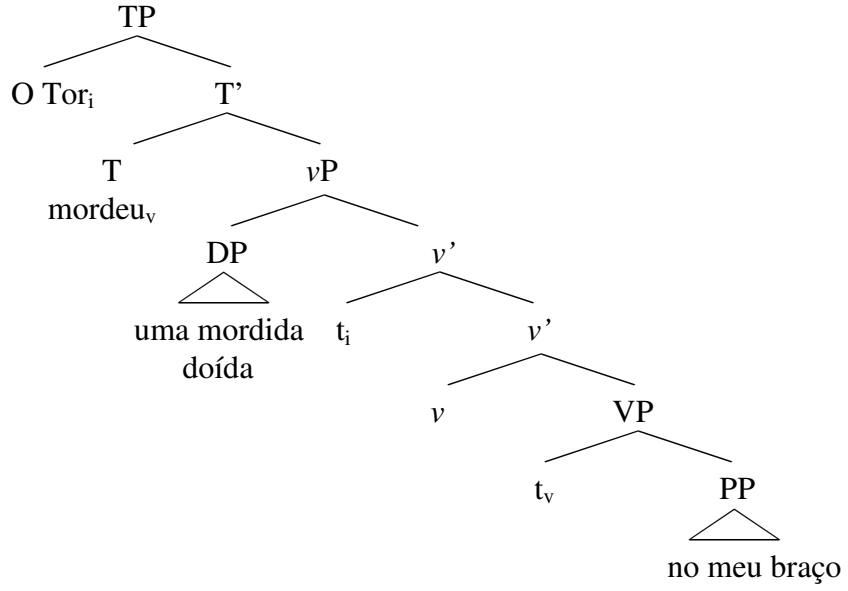
Neste ponto, parece já ser possível propor uma representação para os OCs em que eles sejam gerados em uma posição não-temática, sem, com isso, causar problemas de minimalidade. Observe, novamente, a sentença em (210) repetida abaixo, e uma nova representação (simplificada) para ela, em (223), sem AGR:

(222) O Tor mordeu uma mordida forte no meu braço.

---

[30] Outra vantagem da representação em (219) sobre as representações com AGR é que as projeções de AGR têm motivação apenas teórica, no sentido de proporcionarem uma posição não-subcategorizada em que se possa fazer checagem (ou atribuição) de Caso e estabelecer as relações de concordância. Porém, elas não têm motivação conceitual, no sentido de que não é óbvio que elas possam ser interpretadas nas interfaces de LF ou PF. Em outras palavras, as projeções de AGR são um aparato puramente teórico, criado para dar conta de questões puramente teóricas. Ao contrário, *v*P é um núcleo semanticamente ativo, responsável pela atribuição de papel-θ externo.

(223)



Em (223), o OC é gerado diretamente em uma posição não-subcategorizada - [Spec, *v*P], onde ele pode checar seu Caso Acusativo. O sujeito, ao subir para [Spec, TP], a fim de checar Caso Nominativo, não viola minimalidade, pois sua posição original está no mesmo MinD do OC, a saber, o MinD(*v*).

6. Sumário

Neste capítulo, nós vimos uma descrição e proposta de análise dos OCs no PB. Vimos que os OCs não apresentam um comportamento uniforme: alguns comportam-se como argumentos temáticos de seus verbos, enquanto outros parecem comportar-se sintaticamente como expletivos: são argumentos não-temáticos de seus verbos. Mais especificamente, propusemos que eles são argumentos do verbo na LRS, mas, na Sintaxe, são projetados em uma posição não-subcategorizada, a saber, o Spec mais externo de *v*P, a fim de checar Caso Acusativo. Essa análise parece dar conta do fato de que esses OCs não se comportam nem como argumentos temáticos (não passivizam, não coordenam com outros objetos, etc), nem como modificadores, mas, por outro lado, são argumentos de seus verbos na LRS, nos termos de H&K (1993, 2000).

Voltando aos predicados PAs, visto que a hipótese levantada nesse trabalho é que eles modificam um OC implícito (mais especificamente, os OCs não-temáticos), no próximo capítulo, nós iremos ver uma análise para as construções PAs que parte da presente análise para os OCs.

Capítulo III - Os Predicados Pseudo-Adverbiais como Modificadores de OCs Implícitos

1. Introdução

Nos capítulos anteriores, nós levantamos a hipótese de que os predicados PAs no PB modificam o OC implícito[31]. Há, pelo menos, duas razões para a postulação dessa hipótese:

(i) Os contextos de produtividade dos PAs e dos OCs são os mesmos, a saber, PAs e OCs só ocorrem com verbos transitivos denominais e inergativos denominais.

(ii) Ao investigarmos o escopo de modificação do PA, vimos que ele não modifica o objeto direto (no caso dos verbos transitivos) nem o verbo: o escopo da modificação do PA recai sobre um objeto implícito que denota o produto criado pelo evento. Esse objeto implícito coincide com o OC, como vimos no capítulo anterior.

Se essa hipótese estiver certa, a questão a respeito do estatuto categorial dos chamados "adjetivos adverbiais" levantada na Introdução deste trabalho fica resolvida: esses adjetivos são, de fato, modificadores adjetivais, na medida em que modificam um sintagma nominal implícito na sentença. Lobato (2005) foi a primeira autora a levantar essa hipótese para o PB. A proposta desenvolvida pela autora será apresentada na seção 2 desse capítulo.

Apesar de as análises mais tradicionais classificarem os "adjetivos adverbiais" como sendo modificadores adverbiais, outros autores concordam com a hipótese de que eles sejam adjetivais: Bartra & Suñer (1997) chegaram à mesma conclusão ao analisarem os dados do espanhol, e Levinson (2006), ao analisar os dados do inglês.

---

[31] Diante do que foi exposto no capítulo 2, fica necessário esclarecer que, nessa proposta, estamos nos referindo aos OC não-argumentais.

Este capítulo está organizado da seguinte forma: na próxima seção, nós vamos ver brevemente a proposta de Lobato (2005) para os chamados adjetivos adverbiais, bem como dados de outras línguas que confirmam a hipótese de que esses adjetivos têm estatuto adjetival. Na seção 3, apresentaremos uma proposta para a representação sintática dos adjetivos PAs no PB, baseada na análise dos OCs, apresentada no capítulo 2. Essa proposta deverá ser capaz de responder a, pelo menos, duas questões:

(i) Se os PAs modificam um nome, por que eles são invariáveis?

(ii) Por que eles precisam ser adjacentes ao verbo (observe novamente os dados em (69) e (70), repetidos abaixo, em (i)a(224) e (i)a(225))?

(224) A Maria falou ríspido com o João.

(225) #A Maria falou com o João ríspido.

Na seção 4, veremos um conjunto de dados que, aparentemente, constituem um contra-argumento para a hipótese levantada nesse trabalho, a saber, dados de PAs que admitem o objeto direto do verbo entre o modificador e o verbo. A seção 5 conclui o capítulo.

2. Adjetivos Genuínos em Uso Adjetival

Nesta seção, nós iremos ver outros trabalhos que confirmam a idéia de que os adjetivos que a literatura vem chamando de "adjetivos adverbiais" são, de fato, modificadores genuinamente adjetivais. A seção está organizada da seguinte forma: na subseção 2.1, nós veremos, brevemente, a proposta de Lobato (2005), que deu origem ao presente trabalho. Na subseção 2.2, veremos dados de outras línguas que confirmam o estatuto adjetival dos PAs, a partir dos trabalhos de Bartra & Suñer (1997) e Levinson (2006).

2.1. "Sobre o Suposto Uso Adverbial do Adjetivo" – A Proposta de Lobato (2005).

Tentando explicar os fatos distribucionais relacionados aos adjetivos PAs, tais como os apresentados no capítulo 1 dessa dissertação, Lobato (2005) propõe que a forma morfológica de adjetivo usada em contexto tipicamente (ou aparentemente) adverbial é justificada pelo fato de, na verdade, esses modificadores serem adjetivos genuínos em uso adjetival. Segundo a autora, esses modificadores predicam de propriedades nominais cobertas do verbo, i.e., propriedades nominais do verbo que não são manifestas. Essas propriedades nominais podem ser uma informação integrante da estrutura léxico-conceptual do verbo, ou uma informação que leva à interpretação de ato verbal (independente de tempo e de sujeito):

(226) Ela fala alto.

(227) Eles se encontraram escondido.

(Lobato, 2005:7)

De acordo com a autora, verbos como *falar* e *cantar* dizem respeito ao uso da voz e, portanto, "VOZ tem de ser uma informação constante da estrutura lógico-conceptual de cada um deles. Nos casos em que, com esses verbos, o atributo predica uma propriedade da voz do indivíduo, por exemplo, o registro alto ou baixo da voz, esse atributo só pode ocorrer sem –*mente*" (pp. 6).

De igual forma, a predicação do modificador em (227) também incide sobre uma propriedade nominal do verbo *esconder*. Lobato (2005) argumenta que, nesse caso, a predicação se dá sobre o ato que o verbo traduz: eles se encontraram e o encontrar foi de modo escondido, i.e., o encontro foi escondido. Assim, Lobato (2005) conclui que, nos contextos em que os modificadores são categoricamente usados sem –*mente,* eles são, de fato,

adjetivos em uso típico de adjetivos, na medida em que predicam de propriedades nominais do verbo.

Por outro lado, o uso categórico do modificador com o sufixo adverbial *–mente* justifica-se pelo fato de o escopo de sua predicação incidir sobre uma relação proposicional que inclui o tempo verbal e o sujeito. Isso inclui os advérbios sentenciais em (228), os temporais em (229), e os advérbios de modo em (230), que, de acordo com a autora, predicam sobre uma propriedade relativa à atitude mental do indivíduo referido pelo sujeito[32].

(228) Infelizmente/*Infeliz, ela não leu o poema.

(229) Periodicamente/*Periódico, ele viaja para Brasília.

(230) Ela falou orgulhosamente/*orgulhoso dos filhos.

(Lobato, 2005: 8 e 9)

Há, também, os advérbios de maneira cujo escopo incide apenas sobre o predicado, mas não sobre uma propriedade do indivíduo referido pelo sujeito. Esses advérbios também não admitem a forma adjetival do modificador. Observe os dados em (231) e (232):

(231) Maria vive perigosamente/*perigoso.

(232) Maria agiu publicamente/*público.

(Lobato, 2005: 10)

---

[32] Como vimos no capítulo 1, esses advérbios de modo que, segundo Lobato (2005) predicam sobre uma propriedade relativa à atitude mental do indivíduo referido pelo sujeito são classificados por Parsons (1990) como advérbios orientados para o sujeito.

Nos casos em que ambas as formas são possíveis, como em (233) e (234), o uso de uma forma ou de outra dependerá do que será modificado: (i) o ato verbal (*o falar*, *o cantar*, etc), a propriedade nominal do verbo (*a voz*, por exemplo), ou o produto de evento (*a fala*, *o canto*, etc), no caso de o modificador ter a forma adjetival, ou (ii) o evento e o produto do evento como causado pelo sujeito, no caso de o modificador ter a forma adverbial.

(233) Maria falou claro/Maria falou claramente.

(234) Maria escreve trêmulo/Maria escreve tremulamente.

(Lobato, 2005*:* 11)

Assim, para Lobato (2005), a alternância entre as formas de adjetivo ou advérbio pode ser explicada pela diferença de escopo entre elas: as formas adjetivais têm escopo sobre propriedades nominais do verbo, enquanto as formas adverbiais, sobre uma relação proposicional.

O trabalho de Lobato (2005) é o primeiro a lidar com os problemas distribucionais e semânticos colocados pela alternância entre adjetivos e advérbios na suposta modificação do sintagma verbal. A intuição de Lobato é a mesma intuição que está por trás da proposta levantada nesta dissertação: a alternância deve poder ser explicada pela diferença no escopo de predicação de cada uma dessas categorias. Segundo Basílio (2000), a diferença entre adjetivos e advérbios reside, de fato, no objeto que eles modificam.

Porém, a proposta de Lobato (2005) não foi suficiente para dar conta dos dados. Por exemplo, a autora justifica o uso da forma adjetival afirmando que, nesses casos, o modificador predica de uma propriedade nominal do verbo. Uma delas é a informação que leva à interpretação do ato verbal. Então, por exemplo, em (227) acima, o modificador *escondido* incide sobre o ato de encontrar ou sobre o encontro. Contudo, ao que parece, todo

verbo possui uma informação que leva à interpretação de ato verbal. Dessa forma, em tese, todos eles deveriam permitir, além do advérbio, a modificação por um adjetivo, como em (233) e (234). Mas, não é isso o que acontece. Veja a sentença em (230), repetida abaixo:

(235) Ela falou orgulhosamente/*orgulhoso dos filhos.

De acordo com Lobato (2005), em uma sentença como *A Maria fala alto,* o advérbio predica de uma propriedade nominal do verbo que pode ser a interpretação de ato verbal (nomeadamente, "o falar"). Então, em tese, nada deveria impedir o modificador em (235) de predicar essa mesma propriedade nominal. Dessa forma, tanto a forma adjetiva quanto a adverbial deveriam ser possíveis, mas não o são.

Assim, apesar de concordarmos com a intuição de Lobato (2005), foi necessário estender a sua análise, a fim de verificar o que, exatamente, os modificadores adjetivais modificam em contextos que são, aparentemente, adverbiais. Antes de avançarmos na análise dos PAs no PB, vamos observar, na próxima subseção, dados de outras línguas que confirmam a intuição de que os chamados "adjetivos adverbiais" são, de fato, apenas "pseudo-adverbiais", como cunhamos nesta dissertação.

2.2. Evidências Trans-Lingüísticas

Os dados de adjetivos PAs do espanhol comportam-se de um modo muito parecido em relação aos dados do PB. A primeira semelhança diz respeito à sua distribuição: assim como no PB, enquanto em alguns contextos, apenas a forma adjetival é possível (ver dado em (236)), em outros, apenas a forma adverbial é permitida (ver dado em (237)) e, ainda, em outros, ambas as formas são possíveis (ver dado em (238)):

(236) El médico habló bajo/ *bajamente.
"O médico falou baixo".

(237) Eva caminaba mecánicamente/ *mecánico.
"Eva caminhava mecanicamente".

(238) En Joan treballa dur/ durament.
"O João trabalha duro".

(Bartra & Suñer, 1997: 9 e 10)

Bartra & Suñer mostram que, mesmo quando ambas as formas são possíveis, como em (238), não há total sinonímia entre elas. Segundo as autoras, o adjetivo *dur* pode ter duas interpretações: pode significar que o trabalho do João é fisicamente pesado ou, simplesmente, que o João trabalha muito. Por outro lado, *durament* licencia apenas a segunda interpretação. Como vimos para os dados do PB, os dados em (236) - (238) mostram que o modificador adjetival no espanhol licencia uma interpretação que não é contemplada pelo modificador adverbial, a saber, a modificação de um sintagma nominal implícito. Em (238), por exemplo, ao dizer que o João trabalha duro, o adjetivo *dur* pode modificar o NP "trabalho", isto é, uma das interpretações do adjetivo tem a ver com o tipo de trabalho que o João faz. Essa interpretação, contudo, não é possível quando o modificador é adverbial.

Outra propriedade dos adjetivos adverbiais do espanhol é que, assim como no PB, eles não podem co-ocorrer com um objeto NP (ver (239)) ou, quando podem, devem ser adjacentes ao verbo (ver (240)):

(239) Citaré (*los párrafos) textual.
"Eu vou citar os parágrafos textualmente"

(240) El boxeador golpeó firme a su adversario.
"O boxeador golpeou seu adversário fortemente".

Diante de dados como esses e após uma revisão de várias propostas já feitas para os adjetivos adverbiais, Bartra & Suñer (1997) chegaram a uma conclusão similar àquela

apresentada neste trabalho: segundo as autoras, os adjetivos PAs modificam um sintagma nominal implícito, que é o objeto do verbo na LRS.

Na seção 4 deste capítulo, nós veremos evidências do Catalão e do Finlandês, apresentadas por Levinson (2006), a respeito da natureza adjetival dos chamados adjetivos adverbiais.

3. Representação Sintática dos PAs no PB

Em geral, itens lexicais que exercem a função semântica de modificadores são representados sintaticamente como adjuntos. A representação sintática dos adjuntos, contudo, ainda é alvo de bastante debate na literatura. O debate gira, basicamente, em torno de, pelo menos, duas questões:

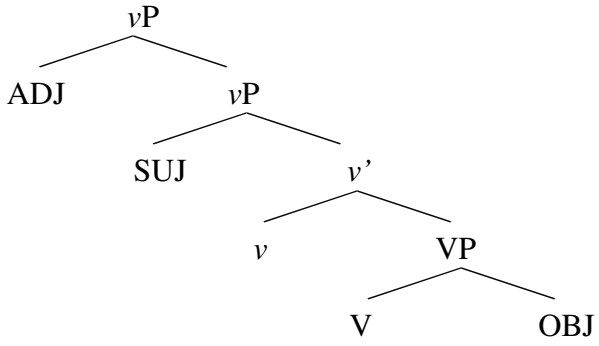
(i) Pelo fato de os adjuntos serem elementos não-subcategorizados, não está claro se eles precisam estar presentes em todos os estágios da derivação.

(ii) Qualquer que seja a resposta para (i), em que posição deverá ocorrer a adjunção?

Com relação à primeira pergunta, uma resposta coerente com as propostas chomskyanas atuais, assume que os adjuntos podem se adjungir a qualquer categoria em qualquer momento da derivação através de *merge,* antes de *spell-out.* Nesse trabalho, nós vamos adotar essa posição.

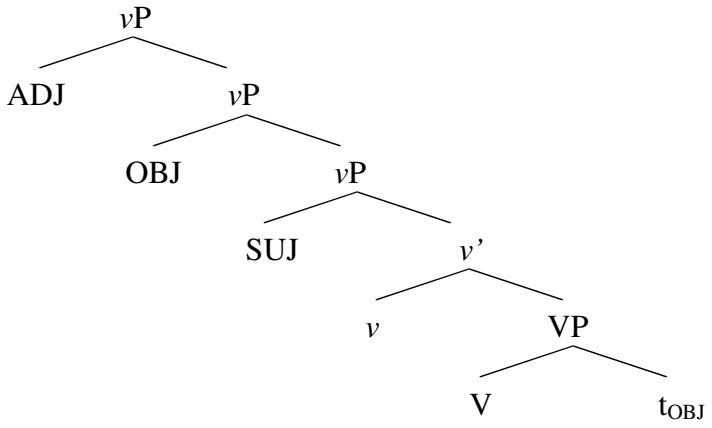
Quanto à segunda questão, suponha que o adjunto seja representado em uma posição de Spec da categoria a que ele se adjungir e que a adjunção ocorra através da aplicação de Merge. Nesses moldes, uma adjunção a *v*P seria como em (241):

(241)



Suponha, ainda, que, o objeto se mova para um [Spec, *v*P] para checar Caso Acusativo. Podemos, nesse caso, pendurar o adjunto em um Spec mais externo. Como vimos no capítulo 2, assumindo que as estruturas sintáticas são construídas através de sucessivas aplicações de Merge e Move, não há limites para o número de Specs que certa categoria possa ter. Assim, uma representação de adjunção pode ser como em (242):

(242)



Note que as representações em (241) e (242) capturam uma propriedade geral dos adjuntos de que, apesar de eles formarem um constituinte com a projeção que eles modificam, eles não são dominados por ela. Nos termos de Haegeman (1994), o adjunto é como alguém que está na sacada de um apartamento: a pessoa está, ao mesmo tempo, dentro e fora do apartamento. Porém, uma questão que se levanta a partir das representações acima é: como distinguir entre adjuntos e argumentos, se eles podem ser representados em uma mesma posição, neste caso, [Spec, *v*P]?

De acordo com Hornstein e Nunes (2006), a distinção entre argumentos e adjuntos pode ser feita com base no papel distintivo que cada um deles desempenha na interface Conceitual-Intencional (CI): para que os argumentos possam ser interpretados na interface CI, eles precisam estar associados às noções de "sujeito" e "objeto" e o estabelecimento dessas noções relacionais se dá através da operação de *labeling,* uma operação responsável pela derivação de objetos complexos na Sintaxe. Assim, quando os argumentos são concatenados com o núcleo a que eles se relacionam, eles precisam ser integrados à estrutura. Por outro lado, os adjuntos podem ser interpretados na interface CI como uma conjunção. Assim, eles são capazes de modificar o evento (ou o nome) diretamente, via Merge, sem precisar (apesar de poderem) ser integrados à estrutura através de *labeling*. Assim, segundo Hornstein e Nunes (2006), há duas possibilidades de representação dos adjuntos: quando o processo de adjunção envolve *labeling* (como em (243)) e quando não envolve ((244))[33]:

(243) $[_V [_V$ V^OBJ]^ADJ]

(244) $[_V$ V^OBJ]^ADJ

Assim, podemos dizer que a base da distinção entre argumentos e adjuntos está no modo como eles são concatenados à estrutura: através de *labeling* ou não.

Na próxima subseção, será apresentada uma proposta de representação sintática para os PAs, a partir da representação dos OCs proposta no capítulo 2 e da representação dos adjuntos delineada acima.

---

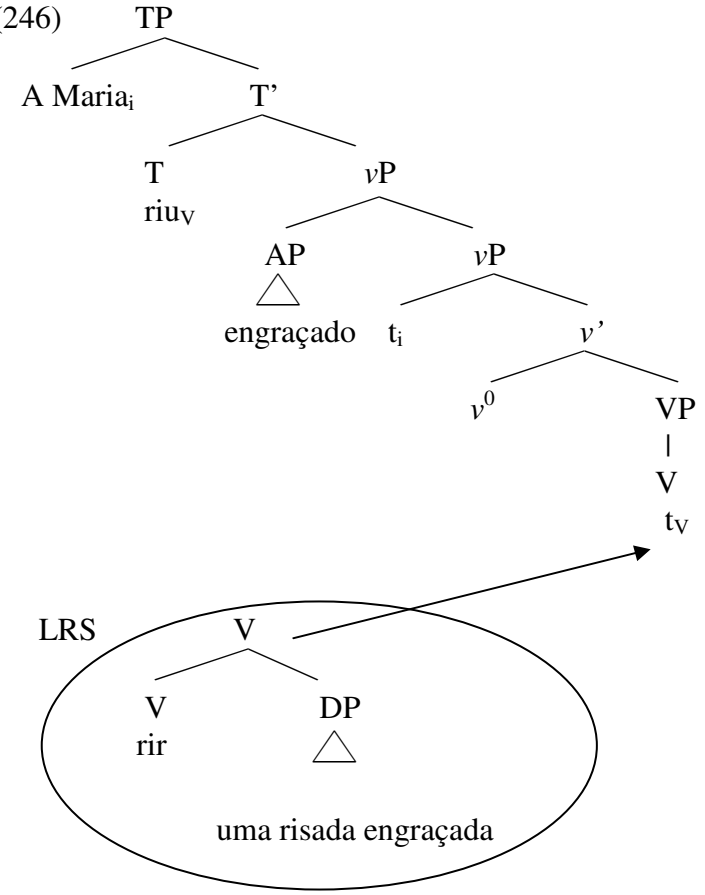
[33] Com relação à diferença entre adjunção através de *labeling* e adjunção sem *labeling,* ver Hornstein e Nunes (2006).

3.1. A Representação Sintática dos Adjetivos PAs.

Partindo da representação sintática de adjunção em (242), vamos admitir que os adjetivos PAs sejam projetados em um [Spec, *v*P] mais externo na estrutura. Nesse caso, a representação de uma sentença como em (245) será representada como em (246) abaixo:

(245) A Maria riu engraçado.

(246)



Note que, em (246), não é necessário projetar uma posição de [Spec, *v*P] para o OC, já que este não é realizado. Com essa representação, é possível explicar porque os PAs, apesar de serem modificadores de nome (i.e, do objeto do verbo na LRS), são invariáveis. Se o OC não é realizado, o [Spec,*v*P] que seria projetado para a checagem de Caso do objeto, não o é. O modificador em [Spec, *v*P] não tendo com o que concordar, acaba por assumir a forma de

masculino singular não-marcado (forma neutra). O fato de que é a presença do OC que desencadeia a concordância pode ser confirmado nas sentenças abaixo:

(247) O João beija um beijo gostoso.

(248) O João beija uma beijoca gostosa.

Essa representação, no entanto, pode levantar uma questão relacionada ao valor predicacional do adjetivo: se o OC não é realizado, sobre o quê o PA predica? Tomando por base a teoria de H&K sobre a LRS e assumindo que não há verbo intransitivo "puro", podemos dizer que as exigências predicativas do adjetivo são satisfeitas na LRS.

Neste ponto, parece necessário perguntar por que o adjetivo PA é adjungido a *v*P. Uma possível resposta é: por que o PA é um modificador do OC e os OCs são gerados em [Spec, *v*P]. Mas, essa não parece uma boa resposta, pois, em (246), o OC não é realizado.

Apesar de ainda não ter uma resposta que seja satisfatória para essa questão, alguns fatos relacionados aos OCs e aos PAs podem dar uma pista de que, se os OCs são representados em [Spec, *v*P], então, é provável que os PAs também o sejam. Mais especificamente, os OCs e os PAs se comportam da mesma maneira com relação a, pelo menos, dois fatores: (i) ambos devem ser adjacentes ao verbo (veja os dados de (249) a (252)); (ii) nenhum dos dois pode co-ocorrer com um objeto direto NP (dados de (253) a (254)):

(249) O João mordeu uma mordida doída no meu braço.

(250) O João mordeu doído no meu braço.

(251) *O João mordeu no meu braço uma mordida doída[34].

(252) #O João mordeu no meu braço doído[35].

(253) *O João mordeu uma mordida doída o meu braço.

(254) *O João mordeu doído o meu braço.

O contraste na gramaticalidade de (250) e (254) pode ser uma indicação de que, assim como o OC, o adjetivo PA também precise checar algum traço de Caso. A agramaticalidade de (254) seria o resultado de uma disputa por Caso entre o objeto direto *o meu braço* e o PA *doído*. Nesse sentido, a inserção da preposição *em* (em (250)) é capaz de salvar a estrutura agramatical representada em (254), pois ela pode checar o Caso do objeto direto, acabando, assim, com a disputa. Se essa idéia estiver no caminho certo, podemos dizer que a projeção do modificador PA em [Spec,*v*P] pode ser justificada pelo fato de ele precisar checar Caso Acusativo.

A projeção do adjetivo PA em [Spec,*v*P] pode ajudar a responder uma outra questão levantada no início deste capítulo, a saber: por que os modificadores PAs precisam ser adjacentes ao verbo? Observe, novamente, o contraste entre (250) e (252) repetido abaixo:

(255) O João mordeu doído no meu braço.

(256) #O João mordeu no meu braço doído.

Se o adjetivo precisa ser gerado em [Spec, *v*P] para checar Caso, ele ocupará, necessariamente, uma posição mais próxima ao verbo (que está em T) do que o PP *no meu*

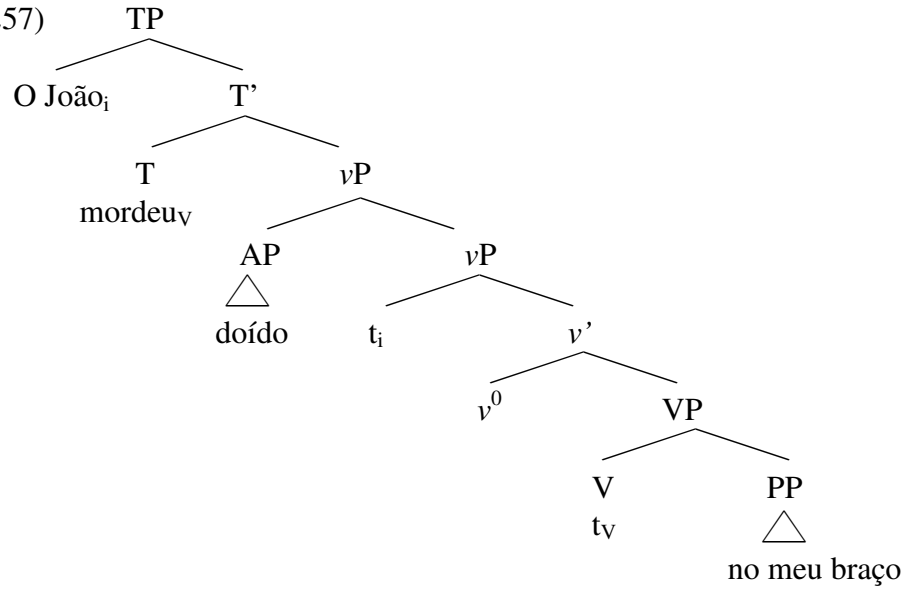
---

[34] É possível que essa sentença seja boa para alguns falantes com um acento no modificador *doída.* Mas, é preciso notar que, nesse caso, há outro fator que contribui para a gramaticalidade da sentença.

[35] O sinal # indica que a sentença é gramatical em uma interpretação que não é relevante para nós, a saber, uma interpretação em que o braço é doído.

braço, que permanece dentro do VP. Assim, a restrição de adjacência do PA segue, naturalmente, do fato de ele ser projetado em [Spec, *v*P]. Veja a representação da sentença em (255):

(257)



Na próxima seção, nós iremos ver um conjunto de dados que parecem ser um contra-argumento para a hipótese levantada nesse trabalho, a saber, dados de PAs que podem co-ocorrer com o objeto direto do verbo.

4. Co-ocorrência de PAs com um NP Objeto – o caso dos Pseudo-Resultativos (Levinson, 2006).

Na seção 4 do capítulo 1, nós fizemos menção a um conjunto de dados que, ao contrário daqueles vistos até aqui, admitem co-ocorrência com um NP objeto. Observe novamente os dados em (122) e (123) repetidos abaixo:

(258) A Maria trançou o cabelo **apertado**.

(259) A Maria fatiou a *muzzarela* **fino**.

A princípio, esses dados podem parecer um contra-argumento para a hipótese sugerida nessa dissertação, na medida em que, como vimos na seção anterior, a análise proposta baseia-se, em parte, no fato de os PAs não admitirem co-ocorrência com um NP objeto. Porém, nesta seção, nós pretendemos mostrar que os dados em (258) e (259) não contradizem a nossa hipótese. Nós veremos que a diferença no comportamento entre os dados em (258) e (259) e os dados analisados nessa dissertação (por exemplo, a restrição ou não ao NP objeto) exige, de fato, análises diferentes, mas essas análises não precisam ser contraditórias.

Levinson (2006) analisa dados como esses em (258) e (259) no inglês e chama os adjetivos presentes nessas construções de predicados "pseudo-resultativos" (PRs). Observe os dados abaixo, retirados de Levinson (*op cit*):

(260) Mary braided her hair **tight**.

(261) Susan hammered the metal **flat**.

(Levinson, 2006:1)

Superficialmente, a sentença em (260) tem a mesma estrutura daquela em (261), em que o adjetivo *flat* é um típico predicado resultativo. Contudo, ao contrário deste, note que o adjetivo *tight,* em (260), não modifica o objeto do verbo: em (261), o NP objeto *metal* se torna chato (*flat*) como resultado do evento de martelar. Já em (260), não podemos dizer que o NP objeto *hair* se torna apertado (*tight*) como resultado do evento de trançar. Segue-se daí o termo "pseudo-resultativo" cunhado pela autora[36].

Excluída a possibilidade de o adjetivo em (260) ser predicado resultativo, uma outra possibilidade contemplada na literatura é o de eles serem analisados como modificadores

---

[36] Há aqui uma primeira diferença entre os dados analisados por Levinson (*op cit*) e os dados analisados nesta dissertação: enquanto estes se assemelham (ou se confundem) aos modificadores adverbiais (daí o nome "pseudo-adverbiais"), aqueles se assemelham mais com os predicados resultativos.

adverbiais. Contudo, como Levinson (2006) mostra, eles também não se comportam como predicados de eventos: eles não admitem paráfrases de modo ((262)) e não podem ser coordenados com outros advérbios ((263)):

(262) ?Mary braided her hair in a tight manner.

(263) *Mary braided her hair tight and quickly.

(Levinson, 2006:4 e 5)

Se os adjetivos em questão não são predicados resultativos nem modificadores adverbiais, resta ainda a possibilidade de eles serem modificadores adjetivais. Evidências de outras línguas confirmam essa última hipótese: no Catalão, os PRs exibem concordância adjetival obrigatória (ver (264)) e, no Finlandês, eles exibem morfologia sufixal distinta dos advérbios: enquanto estes são formados com o sufixo *–sti*, os adjetivos pseudo-resultativos têm marca de Caso Ilativo (ver (265)) e (266)):

(264) M' he lligat els cordons de les sabates (ben) estrets.

Me-dat have-1-st tied the laces of the shoes (very) tight-PL.

"Eu amarrei os cadarços dos meus sapatos muito apertado".

(265) Mari leti-tt-i hiuksensa tiuka-**sti**

Mari braid-CAUS-PAST hair-ACC.POSS tight-ADV

"A Maria trançou seu cabelo 'apertadamente'"

(266) Mari leti-tt-i hiuksensa tiuka-**an.**

Mari braid-CAUS-PAST hair-ACC.POSS tight-ILL

"A Maria trançou seu cabelo apertado".

(Levinson, 2006: 5)

Neste ponto, já podemos perceber uma semelhança entre os predicados pseudo-resultativos e os pseudo-adverbiais: ambos comportam-se como modificadores adjetivais. Outras semelhanças entre os PRs e os PAs são:

(i) Ambos ocorrem com verbos que projetam estrutura transitiva na LRS (não entram em alternância causativa, pois não projetam especificador);

(ii) Ambos têm uma semântica de produção.

Em (258) e (259), os verbos *trançar* e *fatiar* denotam atividades que acarretam a criação de um indivíduo, respectivamente, *uma trança* e *uma (ou mais) fatia,* mas esse indivíduo não é o argumento DP do verbo. Levinson (2006) chama esses verbos de "verbos de criação implícita" (VCI).

Apesar dessas semelhanças, também há diferenças no comportamento de PRs e PAs. Em primeiro lugar, como vimos no capítulo 1, o contexto verbal em que ocorrem adjetivos PAs é de verbos de atividade, enquanto o contexto verbal dos PRs é de *accomplishments.* Veja o contraste nos dados abaixo:

Pseudo-Adverbiais:

(267) A Maria riu por 5 minutos/*em cinco minutos.

(268) O João namorou por 5 anos/*em 5 anos.

Pseudo-Resultativos:

(269) A Maria trançou o cabelo ?por cinco minutos/em 5 minutos.

(270) A Maria fatiou *a muzzarela* ?por 5 minutos/em 5 minutos.

Outra diferença é que, ao contrário dos verbos que ocorrem com PAs, os verbos de criação implícita não licenciam um complemento não aberto. Compare o verbo transitivo *namorar* em (268), repetido em (271), com os dados em (272) e (273):

(271) O João namorou por 5 anos.

(272) * A Maria trançou por 5 minuntos.

(273) *O João empilhou por 5 minutos.

Neste ponto, podemos perguntar o que justifica essas diferenças de comportamento se tanto os VCIs como os verbos que ocorrem com PAs são transitivos e têm uma semântica de produção.

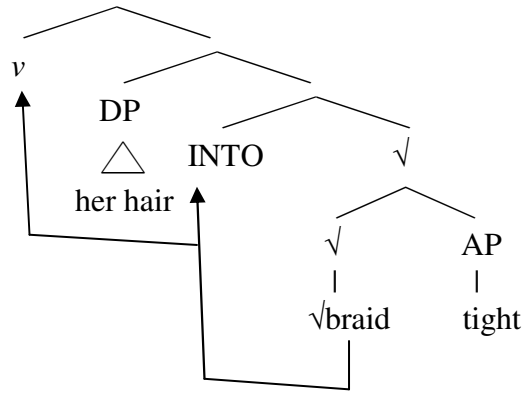
A resposta pode estar na denotação do tipo de produto que eles criam: enquanto o "produto" dos verbos que ocorrem com PAs denota uma eventualidade (por exemplo, *risada, mordida, etc*), o produto dos VCIs denota uma entidade (*uma trança(s), uma fatia(s), etc)*.

Além disso, ao contrário dos verbos transitivos/inergativos que admitem PAs, os VCIs (por serem *accomplishments*) envolvem mudança de estado. Segundo Clark & Clark (1979) (*apud* Levinson, 2006), os VCIs (que os autores chamam de *goal verbs*) são verbos derivados de uma raiz nominal que nomeia algo (o *alvo*) em que o objeto direto do verbo (a *fonte*) se transforma. Então, em uma sentença como (258) repetida abaixo, o objeto direto de *trançar* sofre uma mudança de estado: ele se transforma em uma trança. Esta, por sua vez, é um produto implícito criado pelo verbo *trançar.*

De acordo com Levinson (2006), os predicados PRs modificam um indivíduo denotado pela raiz do verbo. Sua proposta de representação para uma sentença como (260), repetida abaixo, é como em (211):

(274) Mary braided her hair **tight**.

(275)



INTO é uma preposição nula que é um constituinte da decomposição sintática e semântica do VCI *braid,* nos termos de Hale & Keyser (1993, 2002). Essa preposição relaciona um predicado de indivíduos (o *alvo* da mudança, no caso, a raiz *braid*) com um indivíduo mais alto (a *fonte* da mudança, nesse caso, *her hair*). O primeiro é interpretado como o estado ou o produto em que o objeto vai se tornar.

Assim, partindo de uma análise como a de Levinson (2006), vimos que o fato de alguns adjetivos adverbiais poderem co-ocorrer com o NP objeto não precisa ser um contra-argumento para a proposta desenvolvida nessa dissertação. Em primeiro lugar, a análise de Levinson (2006) confirma o estatuto adjetival dos chamados adjetivos adverbiais. Em segundo lugar, a diferença de comportamento pode ser interpretada como conseqüência da diferença na semântica dos verbos com os quais os adjetivos adverbiais podem ocorrer: se ocorrerem com verbos de atividade, os adjetivos adverbiais terão aparência de modificadores adverbiais e, como vimos, serão analisados como modificadores de um OC implícito. Serão, portanto, PAs. Por outro lado, se os adjetivos adverbiais ocorrerem com verbos de *accomplishments,* eles serão analisados como modificadores de uma raiz que denota um produto criado pelo verbo. Serão, portanto, PRs.

5. Sumário

Neste capítulo, nós apresentamos uma proposta de representação sintática dos adjetivos PAs no PB. Vimos que a representação dos adjetivos PAs em [Spec, *v*P] dá conta do fato de que apesar de serem modificadores adjetivais, os PAs são invariáveis, bem como da sua restrição de co-ocorrência com um NP objeto e de adjacência ao verbo.

Vimos também que dados que admitem a ocorrência de um "adjetivo adverbial" com um NP objeto, apesar de precisarem receber uma análise diferente daquela proposta nessa dissertação, não constituem, necessariamente, um contra-argumento para a nossa proposta, pois ambas as análises não são contraditórias.

Conclusão

O objeto de estudo desta dissertação foram os chamados "adjetivos adverbiais": modificadores com forma de adjetivo, mas que ocorrem em contextos, pelo menos aparentemente, verbais.

Análises mais tradicionais classificam esses modificadores como adverbiais. Alguns dizem que os adjetivos podem ser usados como advérbios em alguns contextos, outros argumentam a favor de um processo morfológico, chamado "conversão", que transforma os adjetivos em advérbios. Porém, essas análises não conseguem (ou, talvez, nem se proponham) a explicar os fatos distribucionais apresentados de (5) a (7) e repetidos abaixo:

(276) A Maria falou claro/claramente.

(277) Os soldados resistiram aos ataques *heróico/heroicamente.

(278) O João namora firme/*firmemente.

Partindo de um modelo teórico como o de P&P, nos propusemos a responder duas questões relacionadas:

(i) Há alguma propriedade subjacente à estrutura dessas sentenças que determina a forma ou o comportamento do modificador?

(ii) O que é que o modificador faz, ou sobre o que ele incide, de modo que ele possa ser realizado (ou não) por itens lexicais diferentes?

Com relação à pergunta em (i), um olhar cuidadoso sobre os contextos de ocorrência dos PAs mostrou que a natureza do verbo é relevante para a distribuição dos PAs. Se há alguma propriedade subjacente que determina o comportamento do modificador, podemos

dizer que essa "propriedade" é a estrutura argumental do verbo. Vimos que os PAs só ocorrem com verbos que projetam uma estrutura monádica na LRS, nos termos de H&K (*op cit*), isto é, verbos que têm um complemento, mas não projetam especificador.

A questão em (ii) diz respeito ao escopo da modificação e, como vimos no capítulo 1, esse também é um fator relevante para a explicação da distribuição dos PAs. Vimos que, ao contrário dos advérbios, os modificadores PAs não são capazes de predicar sobre sentenças, proposições ou sobre eventos expressos por um sintagma verbal. Ao contrário, eles predicam sobre um sintagma nominal implícito na estrutura da sentença, a saber, um OC implícito. Ao examinarmos os contextos de produtividade dos adjetivos PAs, vimos que estes são, de fato, os mesmos contextos de produtividade dos OCs, a saber, o contexto de verbos monádicos que têm uma semântica lexical de produção. Com essa análise, foi possível explicar os fatos distribucionais de (276) a (278).

Outro fator que também se mostrou relevante para explicar a distribuição dos adjetivos PAs foi a denotação do verbo: vimos que apenas verbos que denotam atividade admitem PAs. Inclusive, há verbos que não têm uma semântica lexical de produção, mas, pelo fato de denotarem atividade, admitem um modificador PA. Vimos o caso do verbo *comer* (na verdade, esse parece ser o único caso) que, só admite um PA quando denota atividade, mas não quando denota *accomplishment.* Verbos como *comer* representam um problema para a análise apresentada, se estamos assumindo que os adjetivos PAs modificam um OC implícito.

Contudo, antes de permitir que um único dado derrube toda a análise, é preciso entender questões tais como: em que medida o fato de um verbo denotar atividade influencia na distribuição dos PAs e por que influencia? Em outras palavras, o que os verbos de atividade têm, diferentemente das outras classes verbais (como *accomplishments, achievementes* e estados), que faz com que eles admitam PAs, mesmo quando eles não têm

uma semântica lexical de produção que licencie um OC implícito? Deixamos essa questão em aberto por enquanto.

Como a análise dos PAs proposta passa pelos OCs, no capítulo 2, apresentamos uma análise para os OCs no PB. Mostramos que os OCs comportam-se como argumentos não-temáticos e, partindo da análise de Runner (2000) para expletivos em posição de objeto, propusemos que os OCs são gerados diretamente um uma posição não-temática, a saber, um [Spec, *v*P] mais externo.

A motivação para essa proposta foi o fato de os OCs não se comportarem como objetos temáticos de seus verbos na sintaxe, apesar de serem complementos do verbo na LRS. Além disso, eles não se comportam como modificadores adverbiais, nem como a realização sintática do argumento evento.

Essa proposta, porém, levanta algumas questões que ainda precisam ser resolvidas. Se, por um lado, o comportamento sintático dos OCs pode ser comparado ao comportamento sintático dos pronomes expletivos, não é tão óbvio que isso também seja verdade com relação ao seu comportamento semântico. Isso porque não está claro se os OCs têm conteúdo semântico próprio, ou se este está associado à semântica do verbo. Em outras palavras, a questão é: se queremos dizer que os OCs comportam-se como os pronomes expletivos, precisamos assumir que, assim como estes últimos, os OCs não têm conteúdo semântico?

A princípio, pode parecer estranho, mas não é totalmente absurdo supor que toda a semântica do OC seja, na verdade, do verbo, se assumirmos que a realização sintática do OC sirva apenas para dar suporte à modificação do complemento do verbo na LRS. Essa idéia baseia-se no fato de que as construções com OC precisam de um modificador para serem gramaticais:

(279) *O João riu uma risada.

(280) *O João gritou um grito.

Contudo, ser um suporte para o modificador não deve ser a única justificativa para a realização sintática dos OCs, na medida em que, como vimos ao longo da dissertação, os adjetivos PAs são capazes de modificar um OC implícito na estrutura da sentença. Por ora, deixamos aberta mais essa questão para ser desenvolvida em pesquisas posteriores.

Com relação à representação sintática dos adjetivos PAs, alguns fatos empíricos relacionados ao seu comportamento e ao comportamento dos OCs nos levaram a postular que estes últimos também sejam projetados em [Spec, *v*P], como foi apresentado na seção 3.1 do capítulo 3. Com essa proposta, foi possível dar conta de por que os adjetivos PAs são invariáveis e por que eles devem ser adjacentes ao verbo.

Por fim, vimos, na seção 4 do capítulo 3, um conjunto de dados que Levinson (2006) chama de predicados pseudo-resultativos. Vimos que, apesar de esses dados se comportarem de modo diferente daqueles analisados neste trabalho (e.g, não precisam ser adjacentes ao verbo, podem co-ocorrer com um NP complemento e têm uma semântica mais parecida com a de predicados resultativos do que com a de modificadores adverbiais), a análise que Levinson (*op cit*) propõe para eles não é contraditória com relação à análise proposta nesta dissertação.

Se essas análises não são contraditoras, podemos nos perguntar, então, se é possível unificá-las, já que, no fundo, ambas lidam com dados de "adjetivos adverbiais". É verdade que, para cada conjunto de dados, a saber, PRs e PAs, talvez seja, realmente, necessário propor representações sintáticas diferentes, já que, a semântica de mudança de estado contida nos PRs, mas não nos PAs, deve poder ser representada sintaticamente. Mas, a questão que podemos perseguir é se podemos falar também, no caso dos PAs, em modificação da raiz do

verbo, ao invés de falar em modificação de um OC[37]. A vantagem da unificação seria poder dar conta de um conjunto maior de dados com uma única análise. Porém, ainda não sabemos dizer quais seriam as implicações dessa nova análise.

Como pudemos ver nesta seção, o presente trabalho deixou muitas questões em aberto, à espera de mais pesquisas, a fim de que possam ser resolvidas. Mas, mesmo assim, acreditamos que ele nos proporcionou avançar, um pouco que seja, com relação à análise iniciada em Lobato (2005).

Como vimos, o trabalho de Lobato foi o ponto de partida para esta pesquisa e, apesar de concordarmos, em grande parte, com as suas intuições, sentimos necessidade de desenvolver a pesquisa, pela seguinte razão: segundo a autora, os adjetivos adverbiais modificam uma propriedade nominal coberta do verbo, que denota o ato verbal. Contudo, a princípio, todo verbo possui uma informação que leva à interpretação de ato verbal. Dessa forma, em tese, todos eles deveriam permitir, além do advérbio, a modificação por um adjetivo, contrariamente aos fatos.

A partir de um trabalho de descrição dos dados, julgamos ter podido delimitar melhor os contextos de ocorrência dos adjetivos PAs e, assim, entender também o que justifica seu comportamento ambíguo, isto é, o que justifica o fato de esses modificadores terem forma de adjetivo e comportamento aparente de advérbio.

---

[37] Note que não é possível estender a análise de modificação de OC implícito para os dados de PRs, já que os verbos que ocorrem com PRs não admitem OCs.

Referências

BARTRA, A. & SUÑER, A. "Inert agreement projection and the syntax of the bare adjectives". *Probus* 9, 1997.

BASÍLIO, M. *Teoria Lexical.* 7ªed. São Paulo: Ática, 2000.

BASÍLIO, M. "Flutuação Categorial de Base Adjetiva no Português Falado", in: R. Ilari (org), *Gramática do Português Falado – Vol. II: Níveis de Análise Lingüística.* 4ª ed. rev . Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

BURZIO, L. *Italian Syntax: A Government-Binding Approach*. Dordrecht: Kluwer, 1986.

CARNIE, A. *Syntax.* Blackwell Publishers, Oxford, 2002.

CHIERCHIA, G. *Semântica.* Tradução Luis Arthur Pagani, Lígia Negri, Rodolfo Ilari. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Londrina, PR: EDUEL, 2003.

CHOMSKY, N. "A minimalist program for linguistic theory". In: Kenneth Hale and Samuel Jay Keyser (eds.) *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger,* Cambridge, MA: The MIT Press, pp. 1-52, 1993.

CLARK, E.V, and CLARK, H.H. "When nouns surface as verbs". *Language* 55:767 – 811, 1979.

DAVIDSON, D. (1967) "The logical form of actions sentences". N. Rescher (ed.) *The Logic of Decision and Action.* Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1967.

HAEGEMAN, L. *Introduction to Government and Binding Theory.* 2ªed. Oxford: Blackwell,1994

HALE, K. and KEYSER, S.J. "On Argument Structure and the Lexical Expression of Syntatic Relations". In Kenneth Hale and Samuel Jay Keyser (eds.) *The View from Building 20.* Cambridge, MA: The MIT Press, 1993. Pp. 53-109.

HALE, K. and KEYSER, S.J. *Prolegomenon to a Theory of Argument Strucutre.* Cambridge, MA: MIT Press, 2002.

HORNSTEIN, N., NUNES, J. and GROHMANN, K. *Understanding Minimalism.* New York: Cambridge University Press, 2005.

HORNSTEIN, N. and NUNES, J. "Some Thoughts on Adjuntction", ms, 2006.

JACKENDOFF, R *Semantic Interpretation in Generative Grammar.* Cambridge, MA: MIT Press, 1972.

JONES, M. A. "Cognate Objects and the Case Filter", *Journal of Linguistics,* **24**: 89-111, 1998.

LARSON, R. "On the double object construction" *Linguistic Inquiry* 19: 335 – 91, 1988.

LEVINSON, L. "Arguments for Pseudo-Resultative Predicates", ms, 2006.

LEFEBVRE, C. "On Spelling Out E". *Travauxde recherchesur le créole haïtien.* Département de Linguistique, Université de Québec à Montreal, 1994.

LEUNG, R. "Objetos Cognatos e os Eventos Lingüísticos". Relatório Final de Iniciação Científica, São Paulo: USP, 2004

LEUNG, R. e SCHER, A.P. "Os Objetos Cognatos e os Modificadores Adverbiais". Trabalho publicado na *Revista de Estudos Lingüísticos,* nº 35 (2006). Publicação *online:* http://gel.org.br/4publica-estudos-2006/sistema06/978.pdf

LOBATO, L. "Sobre o Suposto Uso Adverbial de Adjetivo: a Questão Categorial e as Questões de Variação e da Mudança Lingüística". Trabalho não publicado, apresentado no *V Workshop 'Formal Linguistics at USP',* 2005.

MAGRI, B. A. "Um estudo sobre o mecanismo de produção de advérbios a partir de bases adjetivais". Relatório Final de Iniciação Científica, São Paulo: UNESP, 2006.

MASSAM, D. "Cognate Objects as Thematic Objetcs, *Canadian Journal of Linguistics,* **35**: 161-190, 1990.

MIOTO, C.; FIGUEIREDO SILVA, M. C.; VASCONCELOS, R. E. *Novo manual de sintaxe.* Florianópolis: Insular, 2004.

MITTWOCH, A. "Cognate Objects as Reflections of Davidsonian Event Arguments". In Rothstein, Susan (ed.) *Events in Grammar,* Dordrecht: Kluwer, 1997.

NEGÃO, E, SCHER, A.P e VIOTTI, E. "Sintaxe: Explorando a estrutura da sentença". Em: Fiorin, J.L. (Org.) *Introdução à Lingüística II:. Princípios de Análise.* São Paulo: Contexto, 2003.

NUNES-PEMBERTON, G. *Os adjetivos antepostos do português falado no Brasil.* Dissertação de mestrado, São Paulo, 2000.

PARSONS, T. *Events in the Semantics of English: A Study in Subatomic Semantcs.* Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1990.

PERELTSVAIG, A. "A Cross- Linguistic Study of Cognate Objects and Predication of Events". Manuscrito, McGill University, 1998.

PERELTSVAIG, A. "Cognate Objects in Russian: Is the Notion "Cognate" Relevant for Syntax?", *Canadian Journal of Linguistics* **44(3)**: 267 – 291, 1999

PERELTSVAIG, A. "Cognate Objects in Modern and Biblical Hebrew". In Jamal Ouhalla e Ur Shlonsky (eds.) *Themes and issues in Arabic and Hebrew*, Dordrecht: Kluwer, 2001.

RADFORD, A. *Transformational Grammar: A First Course.* Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

RIZZI, L. *Relativized Minimality.* , Cambridge, MA: MIT Press, 1990.

RUNNER, J.T. "The External Object Hypothesis and the Case of Object Expletives". In K. M. Crosswhite & J. S. Magnuson (Eds.), *University of Rochester Working Papers in the Language Sciences, 1 (2),* 257-269, 2000.

RUSSO, A.M. “Nomes de eventos deverbais e não deverbais no PB”. Trabalho não publicado, apresentado no XIV SIICUSP, São Paulo, 2006.

SCHER, A.P. e LEUNG, R. ““O Filtro do Caso e os Objetos Cognatos com Verbos Inacusativos no PB”. Artigo publicado na *Revista de Estudos Lingüísticos*, nº 34 (2005). Publicação *online:* http://www.gel.org.br/4publica-estudos-2005/4publica-estudos-2005-pdfs/o-filtro-do-caso-e-os-objetos-1517.pdf.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e lingüística*. São Paulo: Contexto, 2004.